

# Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Transmissão S.A. ("CPFL Transmissão" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2023, exceto quando especificado de outra forma.

## 1. Considerações iniciais

Em 2024, a CPFL Transmissão cumpriu com sua agenda estratégica. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a Companhia e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de transmissão, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua.

Ainda, ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste da Receita Anual Permitida ("RAP") visando remunerar investimentos feitos para melhoria dos serviços e repor perdas de inflação.

## 2. Comentário sobre a conjuntura

### Ambiente Macroeconômico

O ano de 2024 começou sob a perspectiva de que a inflação nos EUA iria convergir à meta de forma mais rápida. Esta expectativa foi frustrada no primeiro semestre, pela manutenção da robustez no mercado de trabalho e números menos favoráveis de inflação. Dados mais enfraquecidos de emprego e inflação a partir de julho levaram o FED a cortar os juros para 4,25%-4,50% ao ano no encerramento de 2024.

No entanto, a partir de meados de outubro, o candidato Donald Trump passou a ser considerado favorito para vencer as eleições dos Estados Unidos, com promessas de campanha com potenciais tendências inflacionárias. Esse fator, combinado à divulgação de dados econômicos que mostraram que a desaceleração da atividade e da inflação estava ocorrendo de forma mais lenta, instigou cautela nas decisões do FED a respeito do prosseguimento do ciclo de cortes de juros. Assim, reduziram-se as expectativas para cortes de juros em 2025, contribuindo para o fortalecimento do dólar, que também tem se beneficiado pelo crescimento mais forte da economia norte-americana.

No Brasil, o ano de 2024 foi marcado por surpresas positivas no ritmo de crescimento da atividade econômica.

Apesar da queda da safra de grãos em relação a 2023 (que havia sido recorde), causada por fatores climáticos, o crescimento mais forte decorreu de uma combinação de: (i) pagamento extraordinário de precatórios, de cerca de R\$ 90 bilhões ao final de 2023; (ii) reforço de caixa de governos regionais em 2023, abrindo espaço para ampliação dos gastos em 2024, ano de eleições municipais; (iii) continuidade do bom momento do mercado de

trabalho, reforçado pela dinâmica benigna da construção civil; e (iv) melhora do mercado de crédito.

Começando pelo último fator: o mercado de crédito se beneficiou da redução da taxa básica de juros (a Selic) iniciada em 2023 e que se estendeu para o primeiro semestre de 2024; o crédito não-bancário também teve um bom ano, estimulado pela emissão de debêntures. O crédito às famílias ainda colheu os benefícios do programa Desenrola, ocorrido ao final de 2023.

A massa de renda ampliada sustentou alta de cerca de 7% em termos reais em 2024, mesmo após dois anos de expansão substancial em 2022 e 2023. Parte deste aumento refletiu a ampliação da ocupação, mas o rendimento médio real dos trabalhadores também cresceu com força, fomentado tanto pela alta real do salário-mínimo como pela taxa de desemprego historicamente baixa (e abaixo da taxa de desemprego neutra). O emprego formal também se expandiu ao longo do ano, encerrando 2024 com uma criação líquida de vagas em torno de 1,4 milhão.

Entre os estímulos fiscais, vale notar que o pagamento de precatórios da ordem de R\$ 90 bilhões ao final de 2023 significou uma injeção de recursos de cerca de 0,8% do PIB na economia. Além disso, os gastos dos governos regionais, em ano de eleições municipais, em conjunto com a retomada do programa "Minha Casa, Minha Vida", ajudaram a turbinar o setor de construção civil. O governo federal também direcionou cerca de 0,2% do PIB em recursos para o Rio Grande do Sul, após a tragédia climática que acometeu o estado. Apesar das perdas significativas, os esforços de reconstrução acabaram por reforçar a expansão do setor de construção, bem como da indústria de bens de consumo (especialmente duráveis).

A evolução das contas do governo foi tema central durante o ano. Iniciativas de utilização de fundos públicos para execução de programas (com menor transparência), declarações desfavoráveis ao ajuste das contas e o anúncio do pacote fiscal em novembro, que veio acompanhado de anúncio de aumento da faixa de isenção da cobrança de imposto sobre a renda, aumentaram a desconfiança dos mercados em relação ao comprometimento do governo com a estabilidade das contas públicas. Com isso, as taxas de juros de prazo mais longo acentuaram a tendência de alta e o câmbio disparou.

O real se depreciou fortemente em 2024, em parte pelo cenário externo mais conturbado, em face do aumento de incertezas, acompanhando um movimento que ocorreu com diversas outras moedas de países em desenvolvimento e exportadores de *commodities*. Não obstante, cerca de metade da depreciação deveu-se à piora de percepção do quadro fiscal doméstico, pois a depreciação do real foi quase o dobro da verificada por uma cesta de moedas comparativa.

A depreciação do câmbio, bem como as condições climáticas menos favoráveis, exerceu relevante pressão sobre a inflação. O mercado de trabalho aquecido acabou se refletindo também na formação de preços mais sensíveis à atividade econômica, como os serviços. Com isso, a inflação encerrou o ano mais uma vez acima do teto da meta, de 4,5%.

As expectativas de inflação seguiram trajetória de descolamento das metas ao longo do ano. Nesse contexto, o Copom suspendeu o ciclo de cortes da Selic antes do que se imaginava, quando a Selic estava em 10,50% ao ano. Em setembro, o Copom retomou a elevação da Selic, que encerrou o ano de 2024 em 12,25% (11,75% em 2023).

Assim, apesar do bom desempenho da atividade econômica e do mercado de trabalho em 2024, a piora do quadro externo e fiscal doméstico resultou em condições financeiras mais adversas, com depreciação do câmbio, alta da inflação e das taxas de juros.

## **Ambiente regulatório**

Os principais destaques da regulação setorial de 2024 no segmento de transmissão estão elencados a seguir:

## Revisão Tarifária Periódica (“RTP”):

Em 2024 ocorreram 5 Revisões Tarifárias na CPFL-T, abrangendo o Contrato de Concessão prorrogado nº 055/2001 (RTP postergada de 2023 para 2024) e quatro licitados, Contratos de Concessão nº 020/2018-ANEEL (Maracanaú), nº 005/2019-ANEEL (CPFL Sul I), nº 011/2019-ANEEL (CPFL Sul II) e contrato nº 003/2013 (CPFL Piracicaba - Revisão da RAP dos Reforços e Melhorias postergados da RTP de 2023).

Referente ao Contrato de Concessão prorrogado nº 055/2001 (CEEE-T), a ANEEL instaurou a Consulta Pública (CP) nº 12/2024, para apresentar os **resultados da RTP 2023** (ref. 01/07/2023), a qual teve sua conclusão no início do mês de julho/2024. Os custos operacionais regulatórios (CAOM) foram estabelecidos com base nos valores da CP nº 31/2023. ACPFL-T apresentou uma eficiência de 112,5% no benchmark dos custos operacionais e uma trajetória de receita decrescente em virtude da metodologia. A Revisão foi processada de forma definitiva dentro do estabelecimento da RAP para o ciclo 2024-2025, contemplando as finalizações dos processos: (i) aprimoramento metodológico do **CAOM Regulatório** e (ii) conteúdo fiscalizado dos **relatórios de avaliação da BRR**.

Conforme a metodologia da RTP, os valores relativos à base blindada são atualizados considerando o Wacc regulatório do ano da Revisão e o efeito da depreciação acumulada ocorrida entre as datas-bases das revisões anterior e atual. A taxa média de depreciação dos ativos é de 3,33% ao ano.

O índice de reposicionamento da RAP do contrato nº 055/2001 (CEEE-T) foi de -14,17%. Os fatores com maior relevância foram a revisão da receita associada à RBSE e os custos operacionais (CAOM). Os Reforços e Melhorias das instalações classificadas como RBNI, são divididos entre os ativos blindados em 2018 que foram depreciados e aplicada nova Wacc (-18,66%) e o incremental os que foram blindados em 2023 (+ 22,11%).

### Resultado da Revisão Tarifária Contrato prorrogado nº 055/2001 (valores a jun/2023)

	DSP 4.675/2023	RTP 2023	Variação
<b>RBSE Econômico</b>	202.126.573,71	116.214.599,94	-42,50%
<b>RBSE CAOM</b>	403.080.223,58	386.374.078,21	-4,14%
<b>RBNI</b>	215.830.486,93	202.082.309,81	-6,37%
<b>TOTAL</b>	<b>821.037.284,22</b>	<b>704.670.987,96</b>	<b>-14,17%</b>

Para os contratos licitados, foi encerrada a Consulta Pública (CP) nº 11/2024, com data de revisão em julho de 2023 para o contrato nº 003/2013 (CPFL Piracicaba) e julho de 2024, para os contratos nº 020/2018-ANEEL (Maracanaú), nº 005/2019-ANEEL (CPFL Sul I) e nº 011/2019-ANEEL (CPFL Sul II). Nestes contratos, foi realizada a Revisão do Custo de Capital de Terceiros, utilizado para o cálculo do WACC, aplicado na Receita Ofertada no Leilão, uma vez que não possuem Reforços ou Melhorias autorizados com valores de RAP estabelecidos provisoriamente pela ANEEL. Pela mesma razão, a base regulatória dos contratos licitados contém somente ativos originados na implantação dos empreendimentos, que nos respectivos contratos de concessão, não há previsão de revisão. Consequentemente, estes ativos não têm Valor Novo de Reposição, apenas os valores contábeis de AIS que constam nas respectivas demonstrações.

### Resultado da Revisão Tarifária Contratos licitados (Valores jun/24)

Contrato de Concessão	Ano RTP	REH 2023	RTP 2023/2024	Variação
-----------------------	---------	----------	---------------	----------

<b>003/2013 – Piracicaba</b>	2023	14.844,22	16.012,58	7,87%
<b>020/2018 – Maracanaú</b>	2024	10.658,84	10.974,23	2,96%
<b>005/2019 - Sul I</b>	2024	34.856,08	35.878,03	2,93%
<b>011/2019 - Sul II</b>	2024	44.776,45	46.088,15	2,93%
<b>Total</b>		<b>105.135,58</b>	<b>108.952,99</b>	<b>3,63%</b>

**Reajuste Tarifário Anual (“RTA”):**

Após a conclusão dos processos de Revisão Tarifária de 2023 das concessionárias prorrogadas, da Revisão da RAP dos Reforços e Melhorias de 2023 das concessionárias licitadas e da Revisão de 2024 das concessionárias licitadas, foi homologado pela ANEEL o Reajuste Tarifário das Transmissoras, através da Resolução Homologatória nº 3.348 de 16 de julho de 2024. para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025.

A RAP do Contrato de Concessão prorrogado nº 055/2001, sem considerar a parcela de ajuste, é de R\$ 1,029 bilhão, representando uma redução na ordem de 8,24% quando comparada à RAP Homologada do ciclo anterior (2023-2024). Essa redução é devida principalmente a publicação do resultado da RTP, onde as variações da RBSE econômica e dos custos operacionais (CAOM) foram os principais redutores.

(em milhares de reais)

REH 3216/2023*	IPCA	Ampliações , Reforços e Melhorias	Baixas e Ajustes	Parcela de ajuste	REH 3348/2024
1.122.021	38.896	25.334	-156.637	-173.629	855.985

(\*) Valores homologados não considerando a Parcela de ajuste - PA

A Receita Homologada Líquida (de PIS e COFINS) total da CPFL Transmissão apresenta a composição abaixo conforme a abertura da RAP dos Contratos de Concessão prorrogado nº 055/2001 e os licitados (CEEE-T), nº 001/2011 (TESB), nº 003/2013 (Piracicaba), nº 006/2015 (Morro Agudo), nº 020/2018 (Maracanaú), nº 005/2019 (SUL I), nº 011/2019 (SUL II, nº 080/2002 (CEEE-T) e nº 004/2021(CEEE-T):

Contrato de Concessão	RBSE	RBNI	RBL	Parcela de Ajuste	TOTAL 2024	TOTAL 2023
055/2001 CPFL-T	791.816	237.798	-	173.629	855.985	1.068.854
001/2011 TESB	-	4.046	41.831	2.655	43.223	31.206
003/2013 PIRACICABA	-	-	16.641	436	17.077	15.173
006/2015 MORRO AGUDO	-	-	19.807	195	19.613	18.667
020/2018 MARACANAÚ	-	-	10.974	85	10.889	10.466
005/2019 CPFL SUL I	-	-	35.878	1.505	34.373	34.174
011/2019 CPFL SUL II	-	-	46.088	2.317	43.772	40.772
004/2021 CACHOEIRINHA 3	-	-	11.161	521	11.682	-

080/2002 CPFL-T	-	-	21.363	-	926	20.437	20.989
-----------------	---	---	--------	---	-----	--------	--------

(\*) Valores homologados considerando a parcela de ajuste

### 3. Desempenho operacional

A CPFL Transmissão demonstrou um desempenho técnico-operacional robusto ao longo de 2024, apesar do aumento de eventos relacionados a alterações climáticas, notadamente as enchentes no Rio Grande do Sul em maio/2024.

#### Energia Não Suprida ("ENS")

O indicador de ENS consiste na análise do quantitativo da energia interrompida por indisponibilidade de ativos de transmissão e, portanto, constata o impacto efetivo da indisponibilidade para a sociedade. Em 2024, o ENS totalizou 901,37 MWh, comparado a 692,54 MWh em 2023, representando um aumento de 30,2%. A diferença está relacionada ao incremento de intervenções para viabilizar o plano de renovação e ampliação dos ativos de transmissão.

#### Parcela Variável ("PV") Descontada

A PV Descontada consiste na relação percentual dos descontos de PV efetivados sobre a base do Faturamento Mensal da Transmissora. Tais dados são disponibilizados mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

Em 2024, a PV Descontada foi de 0,635%, comparado a 1,223% registrados em 2023, representando uma diminuição de 48,1%. Essa redução deve-se à devolução dos descontos aplicados em 2023, relacionados a um evento climático excepcional ocorrido em janeiro de 2022. A caracterização desse evento como Caso Fortuito Maior está em tratativas com a ANEEL e o Judiciário.

### 4. Desempenho econômico-financeiro

#### Receita operacional

A receita operacional bruta foi de R\$ 2.296 milhões, representando um aumento de 10,2% (R\$ 212 milhões), devido principalmente ao aumento de 22,4% (R\$ 188 milhões) na receita de construção, fruto de maiores investimentos realizados no ano. Junto desse efeito, houve um aumento de 1,9% (R\$ 23 milhões), fruto da reorganização societária ocorrida, onde as 5 transmissoras menores do grupo CPFL passaram a ser controladas pela CPFL Transmissão, em 2024.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 230 milhões, apresentando uma redução de 8,4% (R\$ 21 milhões). Logo, a receita operacional líquida foi de R\$ 2.066 milhões, um aumento 12,7% (R\$ 233 milhões).

### Geração operacional de caixa – EBITDA

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 999 milhões, um aumento de 1,3% (R\$ 13 milhões), devido a (i) o aumento na receita operacional de 12,7% (R\$ 233 milhões) e (ii) o aumento da equivalência patrimonial de 32,4% (R\$ 2 milhões), parcialmente compensado por (iii) um aumento de 36,9% (R\$ 188 milhões) nos custos de construção; (iv) um aumento de 9,8% no PMSO (R\$ 34 milhões), cujos fatores foram:

- ✓ Redução de 4,2% (R\$ 6 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Aumento de 35,8% (R\$ 19 milhões) nas despesas com entidades de previdência;
- ✓ Aumento de 37,0% (R\$ 3 milhões) no material;
- ✓ Aumento de 25,4% (R\$ 20 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Aumento de R\$ 12 milhões nas despesas com Provisão para Devedores Duvidosos;
- ✓ Redução de 22,5% (R\$ 14 milhões) em outros.

#### Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2024	2023
<b>Lucro Líquido</b>	<b>517.764</b>	<b>608.709</b>
Depreciação e amortização	5.138	10.131
Resultado financeiro	295.209	178.176
Contribuição social	48.815	50.289
Imposto de renda	131.664	138.512
<b>EBITDA</b>	<b>998.590</b>	<b>985.817</b>

\*Conforme Resolução CVM nº 156/22.

### Lucro líquido

Em 2024, o lucro líquido do exercício atingiu R\$ 518 milhões, ante um lucro líquido de R\$ 609 milhões no ano anterior, uma redução de 14,9% (R\$ 91 milhões), devido principalmente ao aumento de 65,7% (R\$ 117 milhões) nas despesas financeiras líquidas, fruto das emissões de debêntures realizadas pela Companhia ao longo de 2024. Este efeito foi parcialmente compensado por: (i) o avanço do EBITDA (R\$ 13 milhões); (ii) a redução de 7,9% (R\$ 8 milhões) nas contas de imposto de renda e contribuição social; e (iii) a redução da depreciação (R\$ 5 milhões).

### Endividamento

No final de 2024, a dívida financeira (incluindo derivativos) da Companhia atingiu R\$ 3.317 milhões, apresentando um aumento de 57,2%.

## 5. Investimentos

Em 2024, foram realizados investimentos de R\$ 751 milhões, para a manutenção e expansão do negócio.

A principal oportunidade de alocação de capital da CPFL Transmissão no momento é por meio de projetos de reforços e melhorias na concessão renovada. Estes investimentos dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL.

## 6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Transmissão desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

**Plano ESG 2030:** aprovado em 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra atualmente em 24 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, tendo sido revisado os compromissos 4, 11, 17, 22, 23 e adicionado o 24, em janeiro de 2025. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Plano ESG 2030.

**Monitoramento dos compromissos do Plano ESG 2030:** ferramenta de gestão do desempenho em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

**Comitê de Sustentabilidade:** instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

**Mudanças do Clima:** estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

**Gestão de Recursos Humanos:** Em 2024, treinamos 595 colaboradores. Foram 7 mil horas treinadas.

**Relacionamento com a Comunidade:** entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Transmissão atua, em 2024 destacam-se:

- (i) **CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte, através de projetos voltados para a redução dos níveis de vulnerabilidade social, beneficiando 1.693 crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo.
- (ii) **CPFL nos Hospitais:** foram executados projetos de melhorias na infraestrutura hospitalar, pesquisas oncológicas e humanização hospitalar, beneficiando mais de 145 mil pessoas.
- (iii) **CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação presencial e digital – alcance nacional):** foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países. Ao todo, a frente impactou 835 mil espectadores;

- (iv) **Circuito CPFL:** Através da frente Circuito CPFL, levamos cinema movido a energia solar, beneficiando 234 espectadores.
- (v) **Café Filosófico CPFL (programação digital – alcance nacional):** realizamos 33 gravações em nosso estúdio e 1 gravação especial comemorativa em Ribeirão Preto. Ao todo, ao longo de 2024, foram 153 exibições dos programas Café e Café Expresso na TV Cultura e no Youtube e 23 milhões de visualizações em ações digitais.

## 7. Auditores independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) foi contratada pela CPFL Transmissão para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

### **Natureza**

---

Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

---

Revisão da ECD Contábil do ano calendário

---

Auditoria do RCP (Relatório de Controle Patrimonial)

---

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Instrução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e “extra-auditoria”. Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

## 8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Transmissão agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da sua área de atuação e de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2024. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

***A Administração***

**Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).**



## SUMÁRIO

### **Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas**

Balancos Patrimoniais Individuais e Consolidados	3
Demonstração dos Resultados Individuais e Consolidados	4
Demonstração dos Resultados Abrangentes Individuais e Consolidados	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individuais e Consolidados	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais e Consolidados	8
Demonstração dos Valores Adicionados Individuais e Consolidados	9
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas	10

**CPFL TRANSMISSÃO S.A.**  
**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	126.651	263.595	182.133	374.296
Títulos e valores mobiliários	6	51.327	63.131	138.613	88.352
Concessionárias e permissionárias	7	116.538	137.052	128.027	141.246
Estoques		72.218	21.939	74.024	21.939
Dividendo e juros sobre o capital próprio		16.049	59	90	59
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	30.231	27.520	30.276	27.604
Outros tributos a compensar	8	15.723	3.408	17.908	3.428
Derivativos	29	92.573	104	92.573	104
Ativo contratual	10	615.045	593.806	736.273	609.002
Outros ativos	9	89.172	78.639	90.080	79.702
<b>Total do circulante</b>		<b>1.225.528</b>	<b>1.189.253</b>	<b>1.489.996</b>	<b>1.345.731</b>
<b>Não circulante</b>					
Depósitos judiciais	18	183.243	174.047	222.022	208.820
Outros tributos a compensar	8	-	-	1.190	-
Derivativos	29	23.297	39.027	23.297	39.027
Outros ativos	9	13.465	8.721	14.243	8.721
Investimentos	11	1.507.899	393.141	21.779	22.422
Imobilizado	12	144.690	176.833	144.743	176.843
Ativo contratual	10	4.526.268	3.715.628	5.892.253	3.983.725
Intangível		9.009	5.248	9.311	5.248
<b>Total do não circulante</b>		<b>6.407.870</b>	<b>4.512.645</b>	<b>6.328.836</b>	<b>4.444.805</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>7.633.398</b>	<b>5.701.898</b>	<b>7.818.832</b>	<b>5.790.536</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	13	137.287	144.827	145.922	145.415
Empréstimos e financiamentos	15	515.566	2.384	517.241	2.384
Debêntures	16	29.767	16.047	29.767	16.047
Entidade de previdência privada	17	85.221	82.977	85.221	82.977
Imposto de renda e contribuição social a recolher	14	-	59.350	4.516	60.042
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	14	17.357	27.295	18.428	28.669
Dividendos		117.205	106.617	117.530	106.617
Outras contas a pagar	19	204.254	147.577	207.834	148.439
<b>Total do circulante</b>		<b>1.106.657</b>	<b>587.074</b>	<b>1.126.458</b>	<b>590.590</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	15	-	400.470	36.365	400.470
Debêntures	16	2.780.596	1.708.990	2.780.596	1.708.990
Entidade de previdência privada	17	303.209	664.599	303.209	664.599
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	14	-	3.003	4.181	7.400
Débitos fiscais diferidos	20	138.442	544.513	226.779	544.513
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	370.682	326.641	395.465	348.763
Derivativos	29	68.424	20.430	68.424	20.430
Outras contas a pagar	19	40.305	109.366	45.336	158.919
<b>Total do não circulante</b>		<b>3.701.658</b>	<b>3.778.012</b>	<b>3.860.354</b>	<b>3.854.084</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	21	1.577.763	981.343	1.577.763	981.343
Reserva de capital		517.341	(17.293)	517.341	(17.293)
Reserva de lucros		815.749	606.749	815.749	606.749
Dividendos		178.210	368.008	178.210	368.008
Resultado abrangente acumulado		(263.981)	(601.994)	(263.981)	(601.994)
		<b>2.825.082</b>	<b>1.336.812</b>	<b>2.825.082</b>	<b>1.336.812</b>
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	6.938	9.050
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.825.082</b>	<b>1.336.812</b>	<b>2.832.020</b>	<b>1.345.862</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>7.633.398</b>	<b>5.701.898</b>	<b>7.818.832</b>	<b>5.790.536</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CPFL TRANSMISSÃO S.A.**

**Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
(em milhares de reais, exceto para o lucro por ação)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>23</b>	<b>1.895.415</b>	<b>1.769.085</b>	<b>2.065.572</b>	<b>1.832.616</b>
<b>Custos com operação</b>	<b>24</b>	<b>(233.017)</b>	<b>(196.160)</b>	<b>(235.647)</b>	<b>(197.507)</b>
Depreciação e amortização		(4.920)	(2.871)	(4.920)	(2.874)
Outros custos com operação		(228.097)	(193.289)	(230.727)	(194.633)
<b>Custo com serviço prestado a terceiros</b>	<b>24</b>	<b>(711.821)</b>	<b>(582.927)</b>	<b>(698.379)</b>	<b>(510.057)</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>950.577</b>	<b>989.999</b>	<b>1.131.546</b>	<b>1.125.052</b>
<b>Despesas com vendas</b>	<b>24</b>	<b>(8.619)</b>	<b>1.998</b>	<b>(10.343)</b>	<b>1.901</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(8.619)	1.998	(9.996)	1.901
Outras despesas com vendas		-	-	(346)	-
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>24</b>	<b>(135.602)</b>	<b>(98.030)</b>	<b>(146.604)</b>	<b>(101.978)</b>
Depreciação e amortização		(214)	(7.257)	(218)	(7.257)
Outras despesas gerais e administrativas		(135.388)	(90.773)	(146.386)	(94.721)
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>24</b>	<b>11.765</b>	<b>(54.593)</b>	<b>11.831</b>	<b>(54.593)</b>
Outras despesas operacionais		11.765	(54.593)	11.831	(54.593)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>818.122</b>	<b>839.374</b>	<b>986.430</b>	<b>970.383</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>	<b>11</b>	177.194	135.923	7.022	5.414
<b>Resultado financeiro</b>	<b>25</b>				
Receitas financeiras		50.142	73.967	75.456	83.362
Despesas financeiras		(366.495)	(258.266)	(370.665)	(261.539)
		<b>(316.352)</b>	<b>(184.298)</b>	<b>(295.208)</b>	<b>(178.177)</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>678.963</b>	<b>790.999</b>	<b>698.243</b>	<b>797.620</b>
Contribuição social	20	(43.318)	(49.277)	(48.815)	(50.289)
Imposto de renda	20	(119.306)	(136.118)	(131.569)	(138.512)
		<b>(162.624)</b>	<b>(185.395)</b>	<b>(180.384)</b>	<b>(188.801)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>516.339</b>	<b>605.604</b>	<b>517.859</b>	<b>608.820</b>
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores				516.339	605.604
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores				1.519	3.216
Lucro por ação					
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$		33,48	63,13	33,58	63,47
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R\$		33,48	63,13	33,58	63,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CPFL TRANSMISSÃO S.A.**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes para os para os exercícios findos em 31 de**  
**dezembro 2024 e 2023**  
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>516.339</b>	<b>605.604</b>	<b>517.859</b>	<b>608.820</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>338.014</b>	<b>(301.939)</b>	<b>338.014</b>	<b>(301.939)</b>
Ganhos (Perdas) Atuariais	341.903	(305.048)	341.903	(305.048)
Varição líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(5.892)	4.710	(5.892)	4.710
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	2.003	(1.601)	2.003	(1.601)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>854.353</b>	<b>303.664</b>	<b>855.873</b>	<b>306.881</b>
Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora			854.353	303.664
Atribuído ao Acionista Não Controlador			1.519	3.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CPFL TRANSMISSÃO S.A.**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
(em milhares de reais)

	Reserva de Lucro					Dividendos	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos Não Controladores	Total
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de Lucro a realizar	Reserva Legal	Reserva de Reforço de Capital de Giro						
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>981.343</b>	<b>(17.293)</b>	<b>109.601</b>	<b>142.780</b>	<b>354.367</b>	<b>368.008</b>	-	<b>(601.994)</b>	<b>1.336.812</b>	<b>9.050</b>	<b>1.345.862</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	-	-	<b>516.339</b>	<b>338.014</b>	<b>854.353</b>	<b>1.519</b>	<b>855.872</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	516.339	-	516.339	1.519	517.858
Variação valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	(5.892)	(5.892)	-	(5.892)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	2.003	2.003	-	2.003
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	341.903	341.903	-	341.903
<b>Mutação internas do patrimônio líquido</b>	-	-	<b>209.000</b>	-	-	-	<b>(209.000)</b>	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucro a realizar	-	-	209.000	-	-	-	(209.000)	-	-	-	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>	<b>596.421</b>	<b>534.634</b>	-	-	-	<b>(189.798)</b>	<b>(307.339)</b>	-	<b>633.917</b>	<b>(3.631)</b>	<b>630.286</b>
Juros sobre capital próprio - AGE 27/02/2024	-	-	-	-	-	-	(17.097)	-	(17.097)	-	(17.097)
Incorporação do acervo	20.395	533.517	-	-	-	-	11.964	-	565.877	-	565.877
Reestruturação Societária	576.025	-	-	-	-	-	(13.076)	-	562.949	-	562.949
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(368.008)	-	-	(368.008)	-	(368.008)
Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	3.632	-	3.632	-	3.632
Aumento (Redução) de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.190)	(2.190)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	1.117	-	-	-	-	-	-	1.117	(1.117)	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	178.210	(178.210)	-	-	-	-
Didendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(114.553)	-	(114.553)	(324)	(114.877)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.577.763</b>	<b>517.341</b>	<b>318.601</b>	<b>142.780</b>	<b>354.367</b>	<b>178.210</b>	-	<b>(263.981)</b>	<b>2.825.082</b>	<b>6.938</b>	<b>2.832.020</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Reserva de Lucro					Dividendos	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos Não Controladores	Total
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva Lucro a realizar	Reserva Legal	Reserva de Reforço de Capital de Giro						
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>981.343</b>	<b>(16.148)</b>	<b>59.887</b>	<b>112.499</b>	<b>354.367</b>	<b>572.931</b>	-	<b>(300.055)</b>	<b>1.764.824</b>	<b>4.973</b>	<b>1.769.798</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	-	-	<b>605.604</b>	<b>(301.939)</b>	<b>303.665</b>	<b>3.216</b>	<b>306.881</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	605.604	-	605.604	3.216	608.820
Variação valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	4.710	4.710	-	4.710
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(1.601)	(1.601)	-	(1.601)
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	(305.048)	(305.048)	-	(305.048)
<b>Mutação internas do patrimônio líquido</b>	-	-	<b>49.714</b>	<b>30.280</b>	-	-	<b>(79.994)</b>	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	30.280	-	-	(30.280)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucro a realizar	-	-	49.714	-	-	-	(49.714)	-	-	-	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>	-	<b>(1.145)</b>	-	-	-	<b>(204.923)</b>	<b>(525.609)</b>	-	<b>(731.676)</b>	<b>861</b>	<b>(730.816)</b>
Juros sobre capital próprio - AGE 31/03/23, 30/06/23, 30/09/23 e 29/12/2023	-	-	-	-	-	-	(91.800)	-	(91.800)	-	(91.801)
Constituição reserva de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(284)	(284)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(572.931)	-	-	(572.931)	-	(572.931)
Reconhecimento de perda sem alteração de controladores	-	(1.145)	-	-	-	-	-	-	(1.145)	1.145	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	368.008	(368.008)	-	-	-	-
Didendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(65.800)	-	(65.800)	-	(65.800)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>981.343</b>	<b>(17.293)</b>	<b>109.601</b>	<b>142.780</b>	<b>354.367</b>	<b>368.008</b>	-	<b>(601.994)</b>	<b>1.336.812</b>	<b>9.050</b>	<b>1.345.862</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CPFL TRANSMISSÃO S.A.**

**Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>678.963</b>	<b>791.000</b>	<b>698.243</b>	<b>797.621</b>
<b>Ajustes:</b>				
Depreciação e amortização	5.134	10.129	5.138	10.131
Baixa de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	-	709	(116)	709
Resultado de Equivalência Patrimonial	(177.194)	(135.923)	(7.022)	(5.414)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20.299	37.881	21.747	40.089
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.619	(1.998)	9.996	(1.901)
Variação dos Investimentos em Títulos do Governo	-	(5.874)	-	(5.874)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	367.913	210.175	366.760	210.711
Ativo Contratual	(763.431)	(733.559)	(904.128)	(774.551)
PIS e COFINS diferidos	-	-	(5.456)	-
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	72.815	61.384	72.815	61.384
Outros	-	1.858	-	1.858
	<b>213.118</b>	<b>235.782</b>	<b>257.978</b>	<b>334.763</b>
<b>Variações nos Ativos e Passivos Operacionais</b>				
<b>(Aumento) redução dos ativos:</b>				
Concessionárias e Permissionárias	11.894	(22.108)	9.224	(23.321)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	36.074	803	7.666	803
Tributos a recuperar	1.434	32.774	12	32.774
Estoques	-	25.904	-	25.904
Adições do ativo de transmissão	(708.728)	(525.658)	(713.946)	(547.952)
Ativo Contratual	617.074	592.756	703.423	611.637
Depósitos judiciais	(2.505)	(48.382)	(2.887)	(50.791)
Outros ativos	(7.986)	(23.888)	(4.636)	(25.478)
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>				
Fornecedores	(7.539)	75.332	(17.098)	73.024
Obrigações fiscais	(66.133)	(45.334)	(70.742)	(48.292)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(90.058)	(93.910)	(90.058)	(93.910)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(10.769)	-	(11.126)	-
Taxas regulamentares	-	-	1.294	-
Obrigações da concessão	-	44.323	-	44.488
Outros passivos operacionais	(25.918)	(8.296)	(25.722)	(8.550)
	<b>(253.160)</b>	<b>4.316</b>	<b>(214.596)</b>	<b>(9.663)</b>
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(245.861)	(254.566)	(248.105)	(254.566)
Pagamento de contingências judiciais	-	(10.916)	-	(10.916)
IRPJ e CSLL pagos	(56.052)	(61.172)	(63.876)	(63.594)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>(341.955)</b>	<b>(86.556)</b>	<b>(268.599)</b>	<b>(3.976)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária	-	-	35.520	-
Aumento de capital por incorporação	7.276	-	7.276	-
Redução de capital em subsidiárias	107.809	-	-	-
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(296.007)	3.453	(311.687)	(21.768)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	298.798	-	298.798	-
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(33.558)	(151.465)	(33.558)	(151.465)
Adições no Intangível	(3.866)	(1.195)	(3.866)	(1.195)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>80.452</b>	<b>(149.207)</b>	<b>(7.517)</b>	<b>(174.428)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Aumento / (Redução) de Capital	-	-	(2.191)	-
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	(260.000)	(23.798)	(261.167)	(23.798)
Captação de Empréstimos e Debêntures	895.000	1.165.142	895.000	1.165.142
Liquidação de Operações com Derivativos	(48.934)	(18.771)	(48.934)	(18.771)
Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital proprio	(461.508)	(839.072)	(498.752)	(839.072)
Redução de capital	-	-	-	284
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos</b>	<b>124.558</b>	<b>283.501</b>	<b>83.956</b>	<b>283.785</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(136.945)</b>	<b>47.738</b>	<b>(192.161)</b>	<b>105.381</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>263.595</b>	<b>215.857</b>	<b>374.296</b>	<b>268.915</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>126.650</b>	<b>263.595</b>	<b>182.135</b>	<b>374.296</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## CPFL TRANSMISSÃO S.A.

## Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>1 - Receita</b>	<b>2.122.668</b>	<b>2.021.264</b>	<b>2.304.639</b>	<b>2.094.597</b>
1.1 Receita Operacional Bruta	1.074.431	1.173.754	1.244.495	1.247.184
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	-	-	2.982	-
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	1.028.324	820.269	1.038.626	820.269
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.645)	1.998	(10.022)	1.901
1.5 Outras Receitas	28.558	25.243	28.558	25.243
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(861.948)</b>	<b>(663.251)</b>	<b>(873.125)</b>	<b>(604.021)</b>
2.1 Material	(10.236)	(7.653)	(15.980)	(7.684)
2.2 Serviços de Terceiros	(85.577)	(72.940)	(89.772)	(84.814)
2.3 Outros Custos Operacionais	-	-	(1.239)	85.000
2.4 Custo de Construção	(711.821)	(582.927)	(711.821)	(595.058)
2.5 Outras Despesas Operacionais	(54.314)	269	(54.313)	(1.465)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>1.260.720</b>	<b>1.358.013</b>	<b>1.431.514</b>	<b>1.490.576</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(5.134)</b>	<b>(69.754)</b>	<b>(5.138)</b>	<b>(69.720)</b>
4.1 Depreciação e Amortização	(5.134)	(10.128)	(5.138)	(10.131)
4.2 Provisões	-	(59.626)	-	(59.589)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>1.255.586</b>	<b>1.288.259</b>	<b>1.426.376</b>	<b>1.420.856</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>227.336</b>	<b>209.890</b>	<b>82.478</b>	<b>88.777</b>
6.1 Resultado de Participações Societárias	177.194	135.923	7.022	5.414
6.2 Receitas Financeiras	50.142	73.967	75.456	83.363
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>1.482.922</b>	<b>1.498.149</b>	<b>1.508.854</b>	<b>1.509.633</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>187.318</b>	<b>174.893</b>	<b>187.651</b>	<b>174.920</b>
8.1.1 Remuneração Direta	68.805	73.547	69.073	73.574
8.1.2 Benefícios	110.357	93.385	110.422	93.385
8.1.3 FGTS	8.156	7.961	8.156	7.961
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>412.430</b>	<b>455.156</b>	<b>432.210</b>	<b>459.992</b>
8.2.1 Federais	409.763	453.010	429.351	457.846
8.2.2 Estaduais	645	79	645	79
8.2.3 Municipais	2.022	2.067	2.214	2.067
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>366.835</b>	<b>262.496</b>	<b>371.134</b>	<b>265.902</b>
8.3.1 Despesas de Locações	340	4.230	508	4.363
8.3.2 Despesas Financeiras	366.495	258.266	370.626	261.539
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>516.339</b>	<b>605.604</b>	<b>517.859</b>	<b>608.819</b>
8.4.1 Juros sobre Capital Próprio	17.097	91.800	17.097	91.800
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	289.131	433.809	289.131	433.809
8.4.3 Lucros Retidos	209.000	79.994	210.519	79.994
8.4.4 Incorporação do acervo	(11.964)	-	(11.964)	-
8.4.5 Reestruturação Societária	13.076	-	13.076	-
8.4.2 Lucros Acumulados	-	-	-	3.215
	<b>1.482.922</b>	<b>1.498.149</b>	<b>1.508.854</b>	<b>1.509.633</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CPFL TRANSMISSÃO S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**(1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A CPFL Transmissão S.A. (“CPFL Transmissão” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objeto principal realizar estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, bem como celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades. Em Assembleia Geral Extraordinária em 10 de maio de 2024 a Companhia teve alteração de sua razão social, anteriormente denominada “Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T”.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90.230-181, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul – Brasil.

A Companhia detém três concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, são elas:

**Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL**

Firmado em 2001, e aditado em 2012, o contrato para transmissão de energia elétrica, estabelece: (i) quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente; (ii) as condições para a prestação do serviço; (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e (iv) a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

O aditivo de 2012 estabeleceu: (i) os valores de indenização das instalações não depreciadas, construídas posteriores a maio de 2000 – RBNI e das instalações não depreciadas, construídas anteriormente a maio de 2000 – Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), vide nota 10, (ii) o reajuste anual (julho) e revisão quinquenal da receita anual permitida (RAP). Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabelece em regulamentação específica as regras e metodologia para cálculo dessa revisão, e (iii) prorrogou o prazo do contrato de concessão por mais 30 anos, até 31 de dezembro de 2042.

**Contrato de Concessão nº 080/2002 – ANEEL**

Em 2002, a Companhia firmou o contrato de concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3, que estabelece: (i) a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão, (ii) quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores), (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, (iv) indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão, (v) prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período, desde que requerida pela Companhia até 36 meses antes do término do contrato.

A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato, (vi) reajuste anual (julho) das tarifas e revisão nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovados seus impactos. Os critérios e as metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em regulamentação específica.

**Contrato de Concessão Nº 04/2022 - ANEEL**

Em 2022 a Companhia firmou contrato para a construção, operação e manutenção da Subestação 230/138 kV Cachoeirinha 3, incluindo obras de seccionamento de linhas de transmissão 230 kV e 138 kV. O contrato de concessão previa a energização para até 30 de setembro de 2024, com RAP de R\$ 9.234, auferida a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações, sendo que a energização e a entrada em operação comercial ocorreram em novembro de 2023.

A Companhia possui participações diretas nas seguintes controladas:

**CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda. (“CPFL Piracicaba”):** controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Piracicaba opera a concessão vencida no Leilão de Transmissão ANEEL 007/2012, uma subestação de 440 kV, localizada no município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, além de uma linha de transmissão de aproximadamente 6,5 km de extensão que foi transferida para a CTEEP conforme previsto no edital do Leilão.

**CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda. (“CPFL Morro Agudo”)**: controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Morro Agudo opera as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 007/2014, uma subestação de 500/138 kV, localizada no município de Morro Agudo, no Estado de São Paulo, bem como uma linha de transmissão de aproximadamente 1 km de extensão, transferida para Ribeirão Preto Transmissão de Energia S.A. – RPTe, conforme previsto no edital do Leilão.

**CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda. (“CPFL Maracanaú”)**: controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Maracanaú opera as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 002/2018, uma subestação de 230/69 kV – 3 x 150MVA, localizada no município de Maracanaú, no Estado do Ceará, além de um trecho de linha de transmissão de aproximadamente 2km de extensão.

**CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda. (“CPFL Sul I”)**: controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul I, opera as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 05 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, constituído por um novo pátio de 230 kV na SE Itá, com três bancos de transformadores 525/230 kV e duas linhas de transmissão em circuito duplo 230 kV a partir dessa subestação, sendo a primeira para a SE Pinhalzinho 2 com 105 km de extensão, e a segunda para a SE Xanxerê com 55 km.

**CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda. (“CPFL Sul II”)**: controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul II opera as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 11 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, quais sejam, a implantação da SE Porto Alegre 1 230/ 69 /13,8 kV- 3X83MVA, da SE Vila Maria 230 / 138 / 13,8 kV – 2X150MVA fruto do seccionamento da linha de transmissão 230kV Passo Fundo - Nova Prata, a implantação da SE Osório 3 230 kV a partir do seccionamento da linha de transmissão 230 kV Lagoa dos Barros – Osório 2, e ainda a implantação de outros três trechos de linha 230 kV em circuito simples, sendo o primeiro com aproximadamente 66 km ligando a SE Osorio 3 – Gravataí 3, o segundo (subterrâneo) com aproximadamente 3,6 km ligando a SE Porto Alegre1- SE Jardim Botânico e o terceiro (subterrâneo) com aproximadamente 4 km ligando a SE Porto Alegre 1 – SE Porto Alegre 8.

**Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. (“TESB”)**: controlada com participação de 98,01%, a TESB opera as instalações de transmissão relacionadas ao lote A do Leilão de Transmissão ANEEL 008/2010, composto por de 5 linhas de transmissão e 4 subestações: (i) LT 230 KV de Porto Alegre 9 – Porto Alegre 8; (ii) de LT 230 KV de Porto Alegre 9 – Nova Santa Rita; (iii) LT 230 KV de Campo Bom Taquara; (iv) LT230 KV - Jardim Botânico FIC/ Porto Alegre 10 C-1 RS (v) 230 KV - Viamão 3; (vi) 230 KV Candelária 2; (vii) Restinga, LT 230 KV Restinga – Porto Alegre 13 e LT 230 KV Restinga – Viamão 3 e (viii) SE 230/69 KV Jardim Botânico 3º Transformador JBO.

### Incorporação reversa CPFL Cone Sul

Em 28 de fevereiro de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a incorporação, pela Companhia, da sua até então controladora CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. (“CPFL Cone Sul”), com acervo líquido de R\$ 2.875.907.

A incorporação foi realizada visando racionalizar a atual estrutura societária dos ativos da controladora CPFL Energia, otimizando custos administrativos e operacionais do grupo e melhoria da sinergia entre as sociedades integrantes do Grupo. Para esta incorporação reversa, foram aplicados os conceitos da Resolução CVM nº 78/2022, com a constituição de uma provisão retificadora do intangível em contrapartida à reserva especial de ágio, de forma que o efeito da operação no patrimônio líquido refletiu o benefício fiscal do intangível incorporado, no montante de R\$ 533.517 (nota 16).

O acervo líquido da CPFL Cone Sul, apurado na data-base 31 de dezembro de 2023, está demonstrado abaixo:

<b>Acervo Líquido Contábil</b>			
	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2023</u>
<b>ATIVO</b>		<b>PASSIVO</b>	
Disponibilidade	11.057	Fornecedores	11
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	93.426	Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	3.016
Outros Tributos a compensar	4.975	Outras contas a pagar	<u>31.965</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	11.730	<b>Total do Passivo</b>	<b>34.992</b>
Investimentos	<u>2.789.711</u>		
<b>Total do Ativo</b>	<b><u>2.910.899</u></b>	<b>Acervo líquido contábil</b>	<b><u>2.875.907</u></b>

Como resultado da incorporação, houve um aumento de capital social da Companhia de R\$ 20.395 em 28 de fevereiro de 2024, com respectiva emissão de 199.361 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 197.026 novas ações ordinárias e 2.335 novas ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 102,304046880 por ação.

De acordo com o artigo 224 da Lei das S.As, no Instrumento Particular de Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação da transação, ficou estabelecido que a variação patrimonial do acervo líquido contábil da incorporada ocorrida entre a data base do Laudo de Avaliação (31/12/2023) e a data da efetiva incorporação (28/02/2024) seria reconhecida na incorporadora diretamente no Patrimônio Líquido, com contrapartida nas respectivas contas patrimoniais.

A variação do acervo líquido entre a data-base de 31 de dezembro de 2023 e 28 de fevereiro de 2024 da incorporada, incorporada na Companhia, está demonstrado abaixo:

	<b>Acervo Líquido Contábil - Data Base</b>		
	<b>31/12/2023</b>	<b>Variação</b>	<b>28/02/2024</b>
<b>ATIVO</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	11.057	(3.781)	7.276
Dividendo e juros sobre o capital próprio	93.426	(13.093)	80.333
Outros tributos a compensar	4.975	2.697	7.671
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11.730	(2.920)	8.810
Investimentos	2.789.711	(6.339)	2.783.372
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.910.899</b>	<b>(23.436)</b>	<b>2.887.463</b>
<b>PASSIVO</b>			
Fornecedores	11	(11)	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	3.016	2.291	5.307
Outras contas a pagar	31.965	(31.342)	623
<b>Total do Passivo</b>	<b>34.992</b>	<b>(29.062)</b>	<b>5.930</b>
<b>Acervo líquido contábil</b>	<b>2.875.907</b>	<b>5.626</b>	<b>2.881.533</b>

#### **Conciliação da Variação do Acervo líquido contábil**

<b>Acervo líquido contábil em 31/12/2023</b>	<b>2.875.907</b>
Resultado de Janeiro e Fevereiro/2024	6.403
Efeito Reflexo - Resultado Abrangente (Plano de Pensão)	(778)
<b>Acervo líquido contábil em 28/02/2024</b>	<b>2.881.533</b>

## **Reestruturação Societária**

Como parte de processo de reestruturação societária do grupo CPFL, em 26 de abril de 2024 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 576.025, em contrapartida ao investimento nas empresas CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda., da CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda., da CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda., da CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda. e da CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda (em conjunto denominadas "Transmissoras") no valor de R\$ 1.095.653 e respectivas debêntures de aquisição no valor de R\$ 519.628, as quais eram previamente controladas da CPFL Geração de Energia S.A., foram contribuídas como capital inicialmente para a CPFL Brasil e subsequentemente para a Companhia. A Companhia passou a deter o controle acionário direto com 100% da participação nestas empresas. Tal cisão foi efetuada com base nos saldos de 31 de março de 2024.

Esta operação foi anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") em 27 de fevereiro de 2024, por meio do Despacho nº 538/2024, bem como aprovada internamente pelas Diretorias Executivas e Conselhos de Administração das empresas envolvidas.

A reestruturação societária foi realizada com o objetivo de racionalizar a atual estrutura societária do Grupo CPFL, otimizando custos administrativos e operacionais, e melhoria da sinergia.

Como resultado do aumento de capital em R\$ 576.025 em 26 de abril de 2024, foram emitidas 5.630.539 ações, nominativas e sem valor nominal, sendo 5.564.589 novas ações ordinárias e 65.950 novas ações preferenciais, pelo

preço de emissão de aproximadamente R\$ 102,303724459 por ação, fixado nos termos do artigo 170, §1º, da Lei 6.404/76., totalmente subscritas e integralizadas. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R\$ 1.001.738 para R\$ 1.577.763, representado por 15.422.344 ações, sem valor nominal, sendo 15.241.703 ações ordinárias e 180.641 ações preferenciais.

O acervo líquido das Transmissoras, apurado na data-base 31 de dezembro de 2023, está demonstrado abaixo:

<b>ATIVO</b>		<b>PASSIVO</b>	
Disponibilidade	41.047	Fornecedores	39.974
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6.209	Encargos de debêntures	3.607
Títulos e Valores Mobiliários	30.273	Empréstimos e Financiamentos	1.525
Outros Tributos a compensar	926	Outros impostos, taxas e contribuições	1.248
Estoques	1.806	Imp. de renda e cont. social a pagar	1.725
Ativo contratual	90.415	Empréstimos e Financiamentos	37.914
Outros Créditos	2.445	Debêntures	516.021
Outros Tributos a compensar	1.190	Débitos Fiscais Diferidos	88.695
Derivativos	23.607	Outras Contas a Pagar	1.658
Ativo contratual	1.069.300		
Outros Créditos	1.174		
		<b>Total Passivo</b>	<b>692.367</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>1.268.392</b>	<b>Acervo Líquido Contábil</b>	<b>576.025</b>

A variação do acervo líquido entre a data-base do laudo (31 de dezembro de 2023) e a data-base da cisão (31 de março de 2024) das Transmissoras está demonstrado abaixo:

	<b>31/12/2023</b>	<b>Varição</b>	<b>31/03/2024</b>
<b>Acervo Líquido</b>	576.025	(13.076)	562.949

## Mudanças Climáticas

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL Energia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHG Protocol. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pelo grupo
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser carbono neutro a partir de 2025<sup>1</sup>, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono. Para endereçar esforços de resiliência às mudanças climáticas foi divulgado em janeiro de 2025 com aplicabilidade a partir do mesmo ano, o plano que considera o compromisso de: Estabelecer planos de adaptação climática para os negócios de geração, transmissão e distribuição da CPFL, fortalecendo a resiliência de nossos ativos até 2030.

Na publicação “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para o Grupo, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima) - acesse a publicação em: [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri) > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas. Adicionalmente, a cada ano também publicamos na plataforma global do Carbon Disclosure Project (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse.

<sup>1</sup>Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025.

## Impactos climáticos – enchentes do Rio Grande do Sul

As enchentes de maio de 2024 no Rio Grande do Sul marcaram a história do estado. Um sistema atmosférico de alta pressão se instalou sobre a região Sul do Brasil, impedindo a circulação de ar úmido e causando chuvas persistentes. O fenômeno climático El Niño também intensificou as precipitações na região.

Cerca de 90% do território gaúcho foi afetado e os danos à infraestrutura, agricultura e comércio causaram muitas perdas além de provocarem deslocamentos em massa da população afetada.

O Grupo CPFL foi impactado principalmente nos segmentos de geração, transmissão e distribuição, através, respectivamente, de suas subsidiárias Ceran, CPFL Transmissão e RGE Sul. É importante destacar que a Companhia tem trabalhado para aprimorar a avaliação dos impactos das enchentes. Os valores divulgados nestas demonstrações financeiras foram determinados com base nas melhores estimativas da Administração e consideram os fatos e circunstâncias conhecidos até o momento.

A rede operada pela CPFL Transmissão teve 8 subestações e 34 linhas de transmissão afetadas, porém, todas se encontram recuperadas.

Como reflexo destes eventos, a CPFL Transmissão reconheceu em 2024 os seguintes impactos, principalmente relacionados a despesas de infraestrutura, baixas de ativos, manutenção, dentre outros gastos:

	<u>R\$ mil</u>
Despesas registradas até 31/12/2024	7.848

## Resiliência Climática no Setor Elétrico e Iniciativas do Grupo CPFL

O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, a CPFL Energia implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética; a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da Task Force for Climate-related Financial Disclosures (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação “Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas”, e na plataforma global do Carbon Disclosure Project (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente.

### Iniciativas Específicas:

Segmento de transmissão: Investimentos para modernização das subestações e linhas de transmissão, e avaliação de novas tecnologias e alternativas para mitigar os impactos dos eventos climáticos. Além do monitoramento remoto dos ativos via satélite, permitindo fazer previsões de curto prazo e monitoramento envolvendo incêndios, deslizamentos de terra, erosão, dentre outros.

### Gestão de Crises

O Grupo CPFL possui um documento que tem como objetivo estabelecer e regulamentar as principais diretrizes de gestão de crise, incluindo o acionamento do Grupo de Crise, papéis e responsabilidades das partes envolvidas, bem como avaliação da ocorrência e classificação de sua gravidade. Este grupo é responsável pela avaliação dos eventos anormais (“ocorrências”), monitoramento de fatores de risco e gestão das ações endereçadas para situações de crise. A composição é feita por membros permanentes e ad hoc que compõem os times estratégico e de apoio técnico-operacional. Os membros ad hoc e demais áreas acessórias poderão ser acionadas pontualmente para compor o Grupo, de acordo com a natureza e criticidade do evento.

O primeiro passo para gerenciar a ocorrência é classificar sua natureza e, se caracterizado como crise, o seu nível de gravidade. Ou seja, entender qual é a intensidade com que as consequências e a repercussão dos fatos podem atingir o Grupo e, por fim, os públicos de seu relacionamento.

Para determinar o nível de gravidade, são analisadas as características da ocorrência, considerando o impacto nas pessoas, nas comunidades, no meio ambiente, na área financeira, na segurança patrimonial e nas operações do Grupo.

Para todos os casos, considera-se também a abrangência da repercussão da ocorrência na opinião pública e stakeholders, o que inclui os veículos de comunicação conhecidos: jornais, revistas, rádios, televisões, portais de internet, agências de notícias, blogs, redes sociais e outros.

A extensão da ocorrência e a sua gravidade devem também ser avaliadas, considerando a abrangência do assunto do ponto de vista de localização geográfica. Pela complexidade das operações da CPFL Energia, as emergências ou crises podem ter diferentes níveis de abrangência.

Além das respostas técnicas, a CPFL se mobiliza para oferecer suporte tanto às comunidades afetadas quanto aos seus colaboradores, podendo incluir doações de suprimentos e recursos financeiros, dentre outras ações.

Por exemplo, no evento climático extremo ocorrido recentemente no Rio Grande do Sul, a CPFL implementou medidas em colaboração com outras instituições para a reconstrução das áreas afetadas e restauração de serviços essenciais. Essas ações refletem o compromisso da CPFL com a mitigação de crises, resiliência frente a desastres e o apoio contínuo às comunidades impactadas, garantindo que as operações do grupo voltem à normalidade de forma eficiente.

## **(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e sua controlada também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Energia Elétrica Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 17 de fevereiro de 2025.

### **2.2 Base de mensuração**

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na

experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 10 – Ativo contratual;
- Nota 15 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 16 – Debêntures;
- Nota 17 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 18 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos;
- Nota 20 – Créditos e débitos fiscais diferidos; e
- Nota 29 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

#### **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real, e a demonstração financeira individual e consolidada estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

#### **2.5 Informações por segmento**

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, sendo esta a forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e sua controlada avaliam a performance e alocam os recursos necessários.

#### **2.6 Informações sobre participações societárias**

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e coligadas estão descritas na nota 11. A controlada Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda, CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda, CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda, CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda, CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda e CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda são consolidadas de forma integral, as coligadas Transmissora Porto Alegre Ltda (TPAE) e Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU) são registradas por equivalência patrimonial e outros investimentos são registradas pelo método de custo.

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida na controlada TESB.

#### **2.7 Demonstração do valor adicionado**

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração conforme práticas IFRS.

### **(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

#### **3.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

### 3.2 Ativo Contratual da Concessão

Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Companhia reconhece como Ativo Contratual os investimentos realizados nas concessões de transmissão.

O valor do Ativo Contratual representa os investimentos em construção e melhorias que serão remunerados através da Receita Anual Permitida de Transmissão (RAP), durante toda vigência do contrato de concessão e condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho. Eventuais investimentos não amortizados geram direito de indenização ao final do contrato de concessão.

A amortização do Ativo Contratual é estimada de forma a cobrir a remuneração do ativo e a reintegração dos investimentos realizados.

Como atendimento aos requisitos contábeis e conforme suas políticas contábeis, a Companhia esclarece que:

- I. Para fins do consolidado a Companhia apresenta margens negativas de construção, implícita no custo, em função dos atrasos de obras e custos acima do orçado verificados na subsidiária TESB. Em relação aos contratos indenizatórios por se tratar exclusivamente de indenização e não construção de ativos, não são reconhecidas margens. Para os demais contratos do grupo a Companhia e a Administração possui margem de construção entre 6% e 29%.
- II. A companhia reconhece margem de operação e manutenção de até 45%.
- III. A atualização monetária do Ativo Contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida em cada projeto, determinada através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão após alocação de suas devidas margens. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 4% a.a. e 12% a.a.

### 3.3 Instrumentos financeiros

#### 3.3.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

#### Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

**Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

**Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

**Custo amortizado:** um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

**Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 29). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

### 3.3.2 Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

i. **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.

ii. **Mensurados ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 29.

### 3.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16 / IAS 2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio.

### 3.5 Imobilizado e atividades não vinculadas à concessão

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que os mesmos estejam em condição de operar, assim como os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estejam instalados e os custos de juros sobre financiamentos para a sua aquisição, respeitando o limite regulatório.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que retorne com os benefícios econômicos esperados e que possa ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente substituído. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme são incorridos.

A depreciação é calculada linearmente com taxas anuais variáveis 3,48% até 14,29%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens conforme as orientações do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação e baixa de um ativo imobilizado são registrados no resultado na mesma competência em que os recursos advindos da alienação ocorram.

A Companhia possui em seu acervo patrimonial uma série de bens administrativos e outros não vinculados ao serviço da concessão, sendo estes bens destinados à sua utilização própria.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de transmissão são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

### 3.6 Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, como por exemplo os direitos de uso de softwares e servidões de passagem para as linhas de transmissão.

### 3.7 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

#### Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 / CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("*PD*" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("*EAD*" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("*LGD*" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas às concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

#### 3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

### **3.9 Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego**

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes, com base na expectativa de vida do participante, na idade média de aposentadoria e na inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

#### **3.10 Dividendo e juros sobre capital próprio**

De acordo com o ICPC 08, apenas o dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei 6.404/76, para sociedades anônimas, pode ser provisionado como exigível, de forma que o dividendo proposto e ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após sua aprovação pelo órgão competente.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação vigente, compete à Assembleia Geral a declaração de dividendos intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendos e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

#### **3.11 Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

- Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras.
- Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos mensalmente pelo regime de competência com base na taxa implícita do contrato de concessão sobre o montante a receber da receita de construção.
- Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações reconhecidos mensalmente pelo regime de competência.

#### **3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto corrente no caso de contrato de concessão de serviços públicos, o lucro decorrente da receita reconhecida pela construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura, cuja contrapartida seja ativo financeiro representativo de direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, poderá ser tributado à medida do efetivo recebimento.

Para fins dos pagamentos mensais determinados sobre a base de cálculo estimada de que trata o art. 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a concessionária poderá considerar como receita o montante efetivamente recebido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### **3.13 Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

### **3.14 Arrendamentos**

De acordo com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo prazo estabelecido em contrato e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

### **3.15 Base de consolidação**

#### **Controlada e coligadas**

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para as coligadas, este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento da aquisição.

As políticas contábeis das controladas e das coligadas consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações das coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de sua controlada. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para a controlada.

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controlada, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos das coligadas, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 11.

#### **Aquisição de participação de acionistas não-controladores**

É registrada como transação entre acionistas, conseqüentemente nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

### 3.16 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2024, o Grupo adotou as alterações ao CPC 26/IAS 1, referentes à Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes, emitidas pelo IFRS. As alterações visam esclarecer que a classificação de passivos com cláusulas contratuais restritivas (covenants) só será afetada quando o atingimento desses índices for exigido até a data do balanço.

Além disso, o Grupo levou em consideração as modificações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações), que esclarecem as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigem divulgações adicionais sobre tais acordos. Os requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a entender os impactos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez da entidade.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

### 3.17 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas, emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. O Grupo não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

#### (a) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, o IFRS 18 trouxe alterações de escopo restrito ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações e os novos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas, e não adotará.

## (4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado, na data de mensuração.

- Ativo contratual

O valor justo do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29).

**(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldos bancários	865	9.043	1.191	9.060
Aplicações financeiras	125.786	254.552	180.941	365.236
Títulos de crédito privado (a)	65.565	251.531	120.503	362.215
Operações compromissadas em debêntures (a)	60.221	3.021	60.438	3.021
<b>Total</b>	<b>126.651</b>	<b>263.595</b>	<b>182.133</b>	<b>374.296</b>

- (a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) (“CDB’s”) no montante de R\$ 120.503 (R\$ 362.215 em 31 de dezembro de 2023) e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 60.438 (R\$ 3.021 em 31 de dezembro de 2023). Todas essas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,54% (103,02% em 31 de dezembro de 2023) e 93,56% (88,59% em 31 de dezembro de 2023) do CDI para operações compromissadas.

**(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Investimentos em títulos do governo (a)	9.110	63.131	9.110	63.131
Aplicação direta (b)	42.217	-	129.503	25.221
<b>Total</b>	<b>51.327</b>	<b>63.131</b>	<b>138.613</b>	<b>88.352</b>

- (a) Corresponde a investimentos diretos em Notas do Tesouro Nacional, Série B (NTN-B), no montante de R\$ 9.110 (R\$ 63.131 em 31 de dezembro de 2023), com remuneração de IPCA + 6% ao ano. Após o reconhecimento inicial, as NTN-Bs são mensuradas a valor justo, e as variações (exceto perdas por redução ao valor recuperável) são registradas no patrimônio líquido. Os juros efetivos, calculados pró-rata-die, são reconhecidos no resultado com base no valor nominal atualizado. O valor justo é determinado pelo preço unitário do mercado secundário, conforme divulgado pela ANBIMA.

- (b) Representa principalmente títulos sem liquidez imediata realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, no montante de R\$ 129.503 (R\$ 25.221 em 31 de dezembro de 2023) tendo como características carência superior a 90 dias, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 102,43% do (“CDI”).

**(7) CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS**

Os saldos compõem-se de:

	Controladora			Total	
	Saldos vincendos	Vencidos		31/12/2024	31/12/2023
		até 360 dias	> 360 dias		
<b>Circulante</b>					
Concessionárias e permissionárias	106.089	10.449	14.615	131.152	142.374
	<b>106.089</b>	<b>10.449</b>	<b>14.615</b>	<b>131.152</b>	<b>142.374</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(14.615)	(5.322)
<b>Total</b>				<b>116.538</b>	<b>137.052</b>

	Consolidado				
	Saldos vencidos	Vencidos		Total	
		até 360 dias	> 360 dias	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>					
Concessionárias e permissionárias	115.190	12.837	16.201	144.228	146.665
	<b>115.190</b>	<b>12.837</b>	<b>16.201</b>	<b>144.228</b>	<b>146.665</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(16.201)	(5.419)
<b>Total</b>				<b>128.027</b>	<b>141.246</b>

Referem-se aos valores a receber de concessionárias e permissionárias pela disponibilização do sistema de transmissão faturados através dos Avisos de Crédito (AVC's), autorizados por meio das Resoluções Homologatórias emitidas pela ANEEL, e pelos faturamentos dos contratos de conexão (CCT's) ao sistema de transmissão, firmados diretamente com os agentes acessantes.

### Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 29.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		
	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos	Total
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>(9.076)</b>	<b>(9.255)</b>	<b>(18.331)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	3.754	220	3.974
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>(5.322)</b>	<b>(9.035)</b>	<b>(14.357)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(9.293)	648	(8.645)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>(14.615)</b>	<b>(8.387)</b>	<b>(23.002)</b>

	Consolidado		
	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos	Total
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>(9.076)</b>	<b>(9.255)</b>	<b>(18.331)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	3.657	220	3.877
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>(5.419)</b>	<b>(9.035)</b>	<b>(14.454)</b>
Reestruturação Societária	(103)	-	(103)
Provisão revertida (constituída) líquida	(10.679)	683	(9.996)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>(16.201)</b>	<b>(8.352)</b>	<b>(24.553)</b>

## (8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>				
Antecipações de contribuição social - CSLL	3.845	-	3.845	-
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	9.028	-	9.028	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	17.359	27.520	17.404	27.604
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>30.232</b>	<b>27.520</b>	<b>30.277</b>	<b>27.604</b>
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	2.564	-	2.564	-
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	9.801	-	11.860	-
ICMS a compensar	-	-	8	-
Programa de integração social - PIS	475	453	491	455
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.570	2.470	2.631	2.470
Outros	312	485	353	503
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>15.722</b>	<b>3.408</b>	<b>17.907</b>	<b>3.428</b>
<b>Total circulante</b>	<b>45.955</b>	<b>30.928</b>	<b>48.184</b>	<b>31.032</b>
<b>Não circulante</b>				
ICMS a compensar	-	-	1.190	-
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.190</b>	<b>-</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.190</b>	<b>-</b>

**Antecipações de Contribuição social – CSSL e Imposto de renda – IRPJ** – refere-se principalmente a constituição de créditos pagos a maior.

**Imposto de renda retido na fonte** – refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgãos públicos.

### (9) OUTROS ATIVOS

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos - fornecedores	4.692	2.912	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	556	-
Ordens em curso	71.788	50.403	-	-
Serviços prestados a terceiros	6.543	4.936	-	-
Despesas antecipadas	2.615	4.043	222	-
Adiantamentos a funcionários	(349)	(927)	-	-
Outros	13.142	27.369	13.465	8.721
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(8.352)	(9.035)	-	-
<b>Total</b>	<b>90.080</b>	<b>79.702</b>	<b>14.243</b>	<b>8.721</b>

### (10) ATIVO CONTRATUAL

Com base nos contratos de concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 – Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Administração reconhece como “Ativo Contratual” a infraestrutura disponibilizada ao serviço da concessão que está sujeita ao cumprimento das obrigações de desempenho para fazer jus à contraprestação esperada, no caso à RAP (Receita Anual Permitida), e não somente à passagem do tempo.

A Administração avalia também que as novas receitas relacionadas aos contratos de concessão renovados têm origem, exclusivamente, nas novas obras de reforços e melhorias, que são submetidas às resoluções autorizativas e às revisões tarifárias. São elas que produzem ajustes diretamente nas receitas inseridas no fluxo de caixa em relação aos valores de investimento realizados.

As movimentações para o período findo em 31 de dezembro e 2024 e 2023 são como seguem:

	Controladora					Consolidado						Total
	Contrato 080/2002 Lote A	Contrato 055/2001 RBSE	Contrato 055/2001 RBNI	Contrato 004/2021 Lote 6	Total	CPFL Piracicaba Contrato 003/2013	CPFL Morro Agudo Contrato 006/2015	CPFL Maracanaú Contrato 020/2018	CPFL Sul I Contrato 005/2019	CPFL Sul II Contrato 011/2019	TESB Contrato 001/2011	
Saldo em 31/12/2022	127.863	1.696.959	1.715.910	53.995	3.594.727	-	-	-	-	-	268.401	3.099.574
(+) Adições	-	-	726.560	93.709	820.269	-	-	-	-	-	22.294	842.563
(+) Remuneração	12.219	179.274	158.512	5.326	355.331	-	-	-	-	-	18.534	373.865
(+) Atualização Monetária	(4.370)	76.991	72.059	-	144.680	-	-	-	-	-	22.459	167.139
(-) Amortização	(19.788)	(387.733)	(184.416)	(819)	(592.756)	-	-	-	-	-	(18.881)	(611.637)
(+/-) Outros	(4.091)	297	(9.980)	957	(12.817)	-	-	-	-	-	(29.514)	(42.331)
Saldo em 31/12/2023	111.833	1.565.788	2.478.645	153.168	4.309.434	-	-	-	-	-	283.293	4.592.727
Reestruturação Societária	-	-	-	-	-	142.155	151.537	90.751	364.545	417.129	-	1.166.118
(+) Adições	-	-	1.026.059	2.266	1.028.324	-	-	338	2.170	2	2.750	1.033.584
(+) Remuneração	10.890	154.406	225.830	6.864	397.989	11.660	14.984	4.098	22.128	30.892	24.911	506.663
(+) Atualização Monetária	6.720	68.635	88.725	2.890	166.970	-	-	-	-	-	14.248	181.218
(-) Amortização	(18.748)	(388.166)	(200.548)	(9.612)	(617.074)	(10.394)	(12.410)	(3.300)	(17.615)	(23.304)	(19.327)	(703.423)
(+/-) Outros	227	(151.843)	(5.454)	12.740	(144.330)	1.009	(2.102)	(2.163)	7	(781)	(148.361)	
Saldo em 31/12/2024	110.922	1.248.820	3.613.257	168.316	5.141.313	144.429	154.111	89.786	369.065	424.727	305.094	6.628.526
Circulante	18.785	362.519	223.075	10.668	615.045	14.443	16.853	4.489	24.855	33.807	26.780	736.273
Não Circulante	92.137	886.301	3.390.182	157.648	4.526.268	129.986	137.259	85.297	344.210	390.919	278.314	5.892.254

A Receita Anual Permitida (RAP), para o ciclo 2024/2025 está vigente desde 1º de julho de 2024 através da resolução homologatória (REH) ANEEL nº 3.348/2024 para os contratos de concessão de transmissão: (i) nº 055/2001 que entraram em operação após 2012 (RBNI), é de R\$ 237.797, para as operações sobre rede básica existente (RBSE), é de R\$ 791.816, a Parcela de Ajuste (PA) é de (R\$ 173.629), (ii) nº 080/2002, é de R\$ 20.436 e (iii) nº 004/2021 é de R\$ 11.682.

Para os contratos das controladas, no ciclo 2024/2025 as RAPs vigentes são: (i) Contrato 001/2011 da controlada TESB é de R\$ 43.223. (ii) Contrato 003/2013 da CPFL Transmissão Piracicaba é de R\$ 17.077. (iii) Contrato 006/2015 da CPFL Transmissão Morro Agudo é de R\$ 19.613. (iv) Contrato 020/2018 da CPFL Transmissão Maracanaú é de R\$ 10.889. (v) Contrato 005/2019 da CPFL Transmissão Sul I é de R\$ 34.373. (vi) Contrato 011/2019 da CPFL Transmissão Sul II é de R\$ 43.772.

As empresas controladas CPFL Transmissão Piracicaba, CPFL Transmissão Morro Agudo, CPFL Transmissão Maracanaú, CPFL Transmissão Sul I, CPFL Transmissão Sul II passaram a ser investidas da CPFL Transmissão a partir 26 de abril de 2024 como resultado da reestruturação societária ocorrida naquela data e descrita na nota 1.

Em junho de 2022, a Superintendência de Gestão Tarifária da ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 85/2022, que trata da análise dos pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e repêrimento da RBSE, tendo ocorrido, neste mesmo mês, decisão monocrática (Despacho nº 1.762/22) deliberada pelo Diretor da ANEEL sobre o referido tema. A decisão monocrática foi suspensa por meio da emissão do Despacho 1.844/2022, quando a Diretora Geral da Agência decidiu acatar o pedido de efeito suspensivo interposto pela ABRATE, suspendendo assim os efeitos do despacho nº 1.762/2022 até o julgamento definitivo pela Diretoria Colegiada da ANEEL. Em 27 de abril de 2023, a Superintendência de Gestão Tarifária da ANEEL emitiu uma nova Nota Técnica nº 85/2023 tratando das manifestações acerca dos cálculos apresentados no âmbito do pagamento do componente financeiro da RBSE contudo, não produziu efeitos práticos imediatos e toda e qualquer evolução relacionada ao tema RBSE ainda depende de decisão da Diretoria Colegiada da ANEEL. O processo encontra-se suspenso desde maio de 2024, na Diretoria Colegiada da ANEEL com data ainda indefinida por conta de um pedido de vistas solicitado por um dos diretores da Agência. As premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento estão vigentes e permanecem apropriados, conforme entendimento da Administração e se encontram refletidos nessas demonstrações financeiras.

## Outros

Refere-se aos impactos da Revisão Tarifária Periódica – RTP das Transmissoras com contratos renovados e aos resultados do Reajuste Tarifário Anual - RTA das demais transmissoras.

## (11) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Participações societárias permanente				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	1.505.010	390.252	18.890	19.533
Avaliadas pelo método de custo	2.889	2.889	2.889	2.889
<b>Total</b>	<b>1.507.899</b>	<b>393.141</b>	<b>21.779</b>	<b>22.422</b>

### 11.1 Movimentação dos investimentos

Investimentos	Investimento em 31/12/2023	Aumento (Redução) / Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Reestruturação societária	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Outros	Investimento em 31/12/2024
<b>Controladas</b>							
CPFL TRANSMISSÃO DE ENERGIA PIRACICABA LTDA.	-	-	12.610	128.359	(2.000)	-	138.970
CPFL TRANSMISSÃO DE ENERGIA MORRO AGUDO LTDA.	-	-	14.895	134.554	(2.000)	-	147.450
CPFL TRANSMISSÃO DE ENERGIA MARACANAU LTDA.	-	-	4.767	51.201	(4.408)	-	51.560
CPFL TRANSMISSÃO DE ENERGIA SUL I LTDA.	-	-	33.900	364.852	-	-	398.752
CPFL TRANSMISSÃO DE ENERGIA SUL II LTDA.	-	-	36.957	391.027	(20.000)	-	407.982
TRANSMISSORA DE ENERGIA SUL BRASIL LTDA.	370.719	(107.809)	67.043	-	(15.959)	27.412	341.406
<b>Coligadas</b>							
Empresa de Transmissão do Auto Uruguaí - ETAU.	14.677	-	6.353	-	(7.629)	-	13.401
Transmissora Porto Alegre - TP AE.	4.856	-	669	-	(36)	-	5.489
	<b>390.252</b>	<b>(107.809)</b>	<b>177.194</b>	<b>1.069.992</b>	<b>(52.032)</b>	<b>27.412</b>	<b>1.505.010</b>

Investimentos	Saldos em 31/12/2022	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Dividendos	Integralização de Capital	AFAC	Perda de Investimentos	Investimentos em 31/12/2023
<b>Controladas</b>							
TRANSMISSORA DE ENERGIA SUL BRASIL LTDA.	241.356	130.508	-	114.900	(114.900)	(1.146)	370.718
<b>Coligadas</b>							
Transmissora Porto Alegre - TP AE.	4.144	1.055	(343)	-	-	-	4.856
Empresa de Transmissão do Auto Uruguaí - ETAU.	10.816	4.359	(497)	-	-	-	14.678
	<b>256.316</b>	<b>135.922</b>	<b>(840)</b>	<b>114.900</b>	<b>(114.900)</b>	<b>(1.146)</b>	<b>390.252</b>

## Informações Financeiras Coligadas

	31/12/2024		
	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)
<b>Coligadas</b>			
TPAE	38.146	51.323	5.606
ETAU	34.895	133.960	38.065

## Transmissora Porto Alegre Ltda (TPAE)

Sociedade de Propósito Específico com objetivo de explorar concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, mediante construção, montagem, operação e manutenção da linha de transmissão subterrânea em 230 kV Porto Alegre 9 – Porto Alegre 4.

## Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU)

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai (ETAU) atua na transmissão de energia elétrica através da linha de transmissão Campos Novos – Santa Marta de 230 kV, subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS, Barra Grande - SC e entradas de linhas e instalações associadas a essas.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a Companhia possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

### (12) IMOBILIZADO

	Consolidado						Total
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>727</b>	<b>1.703</b>	<b>29.381</b>	<b>9</b>	<b>47</b>	<b>144.975</b>	<b>176.843</b>
Custo histórico	727	1.858	31.733	41	61	144.975	179.395
Depreciação acumulada	-	(155)	(2.352)	(32)	(14)	-	(2.553)
Adições	-	-	-	-	-	82.517	82.517
Baixas	-	-	(61)	-	-	(110.424)	(110.484)
Transferências	-	-	-	42.051	-	(42.051)	-
Depreciação	-	(175)	(2.032)	(2.009)	(13)	-	(4.229)
Baixa da depreciação	-	-	50	-	-	-	50
Reestruturação societária	-	-	-	-	-	47	47
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>727</b>	<b>1.528</b>	<b>27.338</b>	<b>40.052</b>	<b>34</b>	<b>75.065</b>	<b>144.744</b>
Custo histórico	727	1.858	31.673	42.093	61	75.065	151.477
Depreciação acumulada	-	(330)	(4.334)	(2.041)	(27)	-	(6.732)
Taxa média de depreciação 2023		3,42%	4,35%	14,29%	6,25%		
Taxa média de depreciação 2024		3,38%	4,38%	14,29%	6,43%		

O Ativo imobilizado da Companhia no montante de R\$ 144.744 (R\$ 176.843 em 31 de dezembro de 2023), é composto por bens administrativos, assim como por outros bens de utilizações geral não vinculados à concessão do serviço de energia elétrica, os quais fazem parte da BAR (Base de Anuidade Regulatória). Desta forma, ficam excluídos do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 47 e da Norma NBC TG 47.

As principais adições no período se referem às aquisições de equipamentos destinados aos almoxarifados de investimento; às aquisições de veículos; e aos gastos voltados às melhorias e construções de edificações diversas.

As baixas apresentadas acima referem-se, principalmente, a transferências de ativos elétricos para os projetos de construção de redes e subestações vinculadas à concessão, ou seja, destinados ao grupo do Ativo Contratual.

Adicionalmente, em 2024, a Companhia revisou sua política contábil e implementou uma mudança de forma prospectiva, transferindo os ativos elétricos para o grupo de Estoque, visando aprimorar a apresentação e o controle dos ativos. Essa alteração está em linha com as melhores práticas contábeis e não impactou os saldos de períodos anteriores.

### (13) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>				
Materiais e serviços	137.287	144.827	145.922	145.415
<b>Total</b>	<b>137.287</b>	<b>144.827</b>	<b>145.922</b>	<b>145.415</b>

O saldo de R\$ 145.922 (R\$ 145.415 em 31 de dezembro de 2023) refere-se ao aumento nas aquisições e contratações realizadas junto aos fornecedores fabricantes ou distribuidores de materiais, assim como os prestadores de serviços, para viabilizar as realizações das obras de transmissão ou para a manutenção do custeio.

## (14) TRIBUTOS A RECOLHER

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	3.284	47.758	-	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1.232	12.284	-	-
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>4.516</b>	<b>60.042</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	3.416	4.540	-	-
Programa de integração social - PIS	1.585	1.923	-	70
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	7.337	8.970	-	68
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	4.875	-	-
Outros	6.089	8.361	4.181	2.865
Transação tributária relacionada a contencioso judicial - dívida previdência privada	-	-	-	4.397
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>18.428</b>	<b>28.669</b>	<b>4.181</b>	<b>7.400</b>
<b>Total</b>	<b>22.944</b>	<b>88.711</b>	<b>4.181</b>	<b>7.400</b>

## (15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Controladora					Saldo em 31/12/2024	
	Saldo em 31/12/2023	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos			
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	409.053	21.673	113.484	(20.878)		523.332	
Marcação a mercado	(6.199)	(1.567)	-	-		(7.766)	
<b>Total Moeda estrangeira</b>	<b>402.854</b>	<b>20.106</b>	<b>113.484</b>	<b>(20.878)</b>		<b>515.566</b>	
<b>Total</b>	<b>402.854</b>	<b>20.106</b>	<b>113.484</b>	<b>(20.878)</b>		<b>515.566</b>	
<b>Circulante</b>	<b>2.384</b>					<b>515.566</b>	
<b>Não circulante</b>	<b>400.470</b>					<b>-</b>	
Modalidade	Consolidado						Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Reestruturação Societária	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda nacional</b>							
Pós Fixado	-	-	-	-	-	-	
IPCA	-	39.691	(1.167)	2.175	-	(2.244)	
Gastos com captação	-	(435)	-	19	-	-	
<b>Total a custo</b>	<b>-</b>	<b>39.256</b>	<b>(1.167)</b>	<b>2.194</b>	<b>-</b>	<b>(2.244)</b>	
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	409.053	-	-	21.673	113.484	(20.878)	
Marcação a mercado	(6.199)	-	-	(1.567)	-	-	
<b>Total a valor justo</b>	<b>402.854</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.106</b>	<b>113.484</b>	<b>(20.878)</b>	
<b>Total</b>	<b>402.854</b>	<b>39.256</b>	<b>(1.167)</b>	<b>22.300</b>	<b>113.484</b>	<b>(23.122)</b>	
<b>Circulante</b>	<b>2.384</b>					<b>517.240</b>	
<b>Não Circulante</b>	<b>400.470</b>					<b>36.365</b>	

Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Controladora			Saldo em 31/12/2023
				Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	
<b>Moeda nacional</b>							
<b>Mensuradas ao custo</b>		-					
Pré Fixado	242		(242)	1	-	(1)	-
TJLP	23.489		(23.556)	1.391	-	(1.324)	-
<b>Total Moeda Nacional</b>	<b>23.731</b>	<b>-</b>	<b>(23.798)</b>	<b>1.392</b>	<b>-</b>	<b>(1.325)</b>	<b>-</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	-	416.195	-	12.033	(9.526)	(9.649)	409.053
Marcação a mercado	-	-	-	(6.199)	-	-	(6.199)
<b>Total Moeda estrangeira</b>	<b>-</b>	<b>416.195</b>	<b>-</b>	<b>5.834</b>	<b>(9.526)</b>	<b>(9.649)</b>	<b>402.854</b>
<b>Total</b>	<b>23.731</b>	<b>416.195</b>	<b>(23.798)</b>	<b>7.226</b>	<b>(9.526)</b>	<b>(10.974)</b>	<b>402.854</b>
Circulante	4.179						2.384
Não circulante	19.552						400.470

Gastos com captação: conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

O saldo de principal de empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Consolidado
2026	1.753
2027	2.031
2028	2.298
2029	2.375
2030	2.395
2031 a 2035	14.129
2036 a 2040	11.384
<b>Subtotal</b>	<b>36.365</b>
Marcação a mercado	-
<b>Total</b>	<b>36.365</b>

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
		31/12/2024	31/12/2023		
<b>Mensuradas ao custo - Moeda Nacional</b>					
BNB	IPCA + 1,06%	38.455	-	2022 a 2039	(i) Conta reserva; (ii) Fiança Bancária;
		<b>38.455</b>	<b>-</b>		
<b>Gastos com captação</b>		<b>(416)</b>	<b>-</b>		
<b>Total moeda nacional</b>		<b>38.039</b>	<b>-</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira</b>					
<b>Empréstimos bancários (Lei 4.131)</b>					
Dólar	US\$ + 4,4906%	523.332	409.053	2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		<b>523.332</b>	<b>409.053</b>		
<b>Marcação a mercado</b>		<b>(7.766)</b>	<b>(6.199)</b>		
<b>Total moeda estrangeira</b>		<b>515.566</b>	<b>402.854</b>		
<b>Total</b>		<b>553.605</b>	<b>402.854</b>		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 29. A taxa efetiva dos empréstimos mensurados ao custo variam de 50% a 109% do CDI.

## Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas semestralmente. Apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2024.

## Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75;
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

### (16) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Controladora e Consolidado							
Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Reestruturação Societária	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
<b>Mensuradas ao custo</b>							
Pós fixado							
CDI	1.272.950	-	260.000	(260.000)	150.054	(150.769)	1.272.235
Gastos com captação	(2.491)	-	-	-	371	-	(2.120)
<b>Total a custo</b>	<b>1.270.459</b>	<b>-</b>	<b>260.000</b>	<b>(260.000)</b>	<b>150.425</b>	<b>(150.769)</b>	<b>1.270.115</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
Pós fixado							
IPCA	456.106	536.018	635.000	-	126.789	(74.215)	1.679.698
Marcação a mercado	(1.528)	2.321	-	-	(140.244)	-	(139.451)
<b>Total a valor justo</b>	<b>454.578</b>	<b>538.339</b>	<b>635.000</b>	<b>-</b>	<b>(13.455)</b>	<b>(74.215)</b>	<b>1.540.247</b>
<b>Total</b>	<b>1.725.037</b>	<b>538.339</b>	<b>895.000</b>	<b>(260.000)</b>	<b>136.970</b>	<b>(224.983)</b>	<b>2.810.363</b>
Circulante	16.047	-	-	-	-	-	29.767
Não circulante	1.708.990	-	-	-	-	-	2.780.596

Modalidade	Controladora				
	Saldo em 31/12/2022	Captação	Encargos e atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>					
CDI	1.039.251	300.000	177.291	(243.592)	1.272.950
Gastos com captação	(2.016)	(1.053)	577	-	(2.491)
<b>Total ao custo</b>	<b>1.037.235</b>	<b>298.947</b>	<b>177.869</b>	<b>(243.592)</b>	<b>1.270.459</b>
<b>Mensuradas ao valor justo - pós fixado</b>					
IPCA	-	450.000	6.106	-	456.106
Marcação a mercado	-	-	(1.528)	-	(1.528)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>-</b>	<b>450.000</b>	<b>4.578</b>	<b>-</b>	<b>454.578</b>
<b>Total</b>	<b>1.037.235</b>	<b>748.947</b>	<b>182.447</b>	<b>(243.592)</b>	<b>1.725.037</b>
Circulante	78.937	-	-	-	16.047
Não circulante	958.298	-	-	-	1.708.990

Gastos com captação: conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
		31/12/2024	31/12/2023		
<b>Mensuradas ao Custo - Pós Fixado</b>					
CDI	CDI + 1,34%, CDI + 1,47% + CDI + 1,20%	(a) 1.272.235	1.272.950	2027 a 2029	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + de 4,66% a 5,05%			2024 a 2027	Fiança da CPFL Energia
	<b>Gastos com captação</b>	<b>(2.120)</b>	<b>(2.491)</b>		
		<b>1.270.115</b>	<b>1.270.459</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo - pós fixado</b>					
IPCA	IPCA + 6,1774%	1.679.698	456.106	2031 a 2032	Fiança da CPFL Energia
	<b>Marcação a mercado</b>	<b>(139.451)</b>	<b>(1.528)</b>		
	<b>Total</b>	<b>2.810.363</b>	<b>1.725.037</b>		

(a) Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 29. A taxa efetiva das debêntures mensuradas ao custo variam de 104,26% a 112,73% do CDI, CDI + 0,49% a 1,47% e IPCA + 4,98% a 5,30%.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
A partir de 01/01/2026	299.647
2027	-
2028	349.647
2029	609.647
2030	179.511
2031 a 2035	1.352.054
2036 a 2040	129.541
<b>Subtotal</b>	<b>2.920.047</b>
Marcação a mercado	(139.451)
<b>Total</b>	<b>2.780.596</b>

### Adições no exercício

Modalidade Empresa	Emissão	Montantes		Pagamento de juros	Destinação do recurso	Taxa efetiva anual	Cláusula restritiva - covenant financeiro
		Quantidade emitida	Liberado em 2024				
<b>Moeda nacional - IPCA</b>							
11ª Emissão - EEELA1 - 1ª Série	21/05/2024	508.000	508.000	Semestral	(b)	IPCA + 6,0994%	(a)
11ª Emissão - EEELB1 - 2ª Série	21/05/2024	127.000	127.000	Semestral	(b)	IPCA + 6,1572%	(a)
<b>CDI</b>							
13ª Emissão - EEELA3	10/10/2024	260.000	260.000	Trimestral	(b)	CDI + 0,49%	(a)
			<b>895.000</b>				

(a) CPFL Energia: ( i ) Dívida Líquida/EBITDA ≤ 3,75 vezes; ( ii ) EBITDA/Resultado Financeiro ≥ 2,25 vezes.

(b) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro da controlada

### Pré-pagamento:

Em 2024, foram liquidados antecipadamente R\$ 260.000 da 8ª emissão de debêntures 1ª série, cujos vencimentos originais eram até maio de 2027.

### Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia. As apurações são feitas semestralmente.

Apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2024:

### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

## **(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

### **17.1 Características:**

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores e ex-colaboradores, administrado pela Fundação Família Previdência, anteriormente denominando Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo:

**(i) “Plano CEEEPREV”:** O CEEEPREV é um plano com características de contribuição variável pois contém uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido, no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

Em 2014 foi instaurado litígio judicial (Processo nº 0065790-57.2014.4.01.3400) relacionado às contribuições não paritárias, ajuizado pela Fundação Família Previdência (Antiga Fundação ELETROCEEE) em face da PREVIC, em razão da Portaria do órgão regulador que exigiu a apresentação de solução definitiva sobre os artigos do Regulamento do Plano de Benefícios que tratam da responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios, que se encontram irregulares perante a legislação aplicável.

Isto porque o Plano de Benefícios da CEEEPREV previa responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial, o que, segundo a PREVIC, e entendimento corroborado pela Administração da controlada, viola as previsões da Lei Complementar nº 108/2001. O resultado em 1ª e 2ª instância foi desfavorável à Fundação e favorável à controlada, não havendo efeito suspensivo sobre os recursos pendentes. Já em 2019 foi instaurada a segunda demanda judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) relacionada ao tema, está ajuizada pela então CEEE-D e pela então CEEE-GT (antes da cisão entre os segmentos Geração e Transmissão) contra a Fundação, com o objetivo de reconhecimento da nulidade das cláusulas do Plano de Benefícios CEEEPREV, a fim de tornar nula a responsabilidade exclusiva das patrocinadoras perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial. Após a propositura da demanda pelas empresas integrantes do antigo Grupo CEEE, o próprio Estado do Rio Grande do Sul ingressou na lide, na condição de assistente da parte autora. Em 14 de outubro 2021, a sentença em primeiro grau julgou a ação parcialmente procedente para reconhecer a nulidade das cláusulas do Plano de benefícios que não aplicam a paridade contributiva (no mesmo sentido da sentença e do acórdão da Ação nº 0065790-57.2014.4.01.3400). Apresentados recursos de apelação pelas partes, o TJRS (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul) proferiu acórdão em 28 de julho de 2022 no sentido de manter, na íntegra, a sentença recorrida. Sobre o acórdão proferido, as Partes apresentaram no próprio TJRS Embargos de Declaração contra o acórdão de Apelação a fim de obter esclarecimentos, os quais foram desacolhidos. Ato contínuo, todas as partes envolvidas apresentaram recursos Especiais e Extraordinários, respectivamente, ao STJ e STF. Em juízo de admissibilidade, o TJRS inadmitiu todos os Recursos Extraordinários e Especiais apresentados, com exceção do Recurso Especial apresentado pela Fundação Família Previdência. Ainda, ao Recurso da Fundação Família Previdência, atribuiu-se efeito suspensivo para manter vigentes as cláusulas do regulamento do Plano que atribuem às Patrocinadoras a responsabilidade pelo pagamento integral das contribuições extraordinárias, o qual foi posteriormente revogado. Atualmente, foram apresentados Agravos de Instrumento para subida do Recurso Especial e Extraordinário e pedido liminar de efeito suspensivo ao STJ o qual foi acolhido, determinando até julgamento final do Recurso Especial: I) a suspensão da debatida cobrança e/ou pagamento de contribuições no âmbito do Plano CEEEPREV, sem que haja a observância da paridade contributiva; II) admitir a exigibilidade do custeio de metade do déficit constituído anteriormente à prolação da sentença de parcial procedência, suspendendo qualquer bloqueio ou medida constritiva nas contas da requerente, com relação à parte excedente.

Em atendimento as decisões proferidas no Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001, a controlada, desde março de 2022, vem recolhendo sua contribuição extraordinária de forma paritária e a Fundação não tem realizado o tratamento da parcela de equacionamento do déficit que seria devida pelos participantes. Em face da implementação da decisão, a Fundação Família Previdência ajuizou Tutela Cautelar (Processo nº 5179986-58.2023.8.21.0001) na qual requer seja concedida tutela provisória para determinar que o Banrisul promova a execução do Contrato de Garantias em face das Patrocinadoras dos planos de benefício de previdência complementar, conforme termo celebrado entre as partes, transferindo o numerário à conta corrente de titularidade da Fundação, até o limite de R\$

147.037, dos quais R\$ 72.430 são discutidos como dívida da CEEE-T frente ao Plano CEEEPREV. Em análise do pedido liminar, o juiz de primeira instância deferiu a referida medida, limitada a R\$ 145.050, excluídos os valores da CEEE-G, em face do que a Companhia apresentou o recurso competente. Em 08 janeiro de 2024, abrangido pela decisão liminar concedida pelo STJ na ação nº 5051477-51.2019.8.21.0001, foi proferida decisão que suspende os efeitos da tutela anteriormente deferida e determinou ao Barrisul o desbloqueio dos valores constritos.

O valor envolvido na ação judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) corresponde a aproximadamente 50% da totalidade dos déficits do plano, e os assessores jurídicos avaliam a chance de êxito como possível, com viés de provável. A Companhia estima que entre os meses março de 2022 a dezembro de 2024 o valor de R\$ 137.531 deveria ter sido cobrado dos participantes, mas o mesmo se encontra alocado na provisão de perdas do plano.

Considerando os fundamentos jurídicos corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam detalhadamente a matéria, a controlada, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEEPREV, entende que a partir da nova decisão judicial de outubro de 2021 e demais decisões judiciais, a melhor estimativa para mensuração desse passivo é utilizar o *risk sharing* como redutor do passivo atuarial a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**(ii) “Plano Único”:** O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária.

**(iii) “Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada – CTP”:** Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a partir de 1997 a controlada era responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação Família Previdência e que ainda não havia cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado era definitivamente aposentado pela Fundação. Atualmente, recebem o complemento de verbas que não entraram no cálculo do INSS, sendo a empresa condenada pela justiça ao pagamento de forma vitalícia. Para isso, a controlada provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a essas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento desses benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

## 17.2 Movimentações dos planos de benefício definido

Controladora				
31/12/2024				
	Plano Único	CTP	CEEPREV BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.216.684	3.115	2.080.162	3.299.961
Valor justo dos ativos do plano	(813.209)	-	(1.256.040)	(2.069.249)
<b>Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos</b>	<b>403.475</b>	<b>3.115</b>	<b>824.122</b>	<b>1.230.712</b>
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(297.929)	-	(544.353)	(842.282)
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>105.546</b>	<b>3.115</b>	<b>279.769</b>	<b>388.430</b>

Controladora				
31/12/2023				
	Plano Único	CTP	CEEPREV BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.391.131	3.405	2.421.746	3.816.282
Valor justo dos ativos do plano	(903.617)	-	(1.359.252)	(2.262.868)
<b>Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos</b>	<b>487.514</b>	<b>3.405</b>	<b>1.062.495</b>	<b>1.553.414</b>
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(282.004)	-	(523.833)	(805.837)
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>205.510</b>	<b>3.405</b>	<b>538.662</b>	<b>747.577</b>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	Controladora			Total
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022</b>	<b>1.084.136</b>	<b>3.335</b>	<b>1.757.866</b>	<b>2.845.337</b>
Custo do serviço corrente bruto	(33)	-	(10.075)	(10.108)
Juros sobre obrigação atuarial	67.042	328	111.805	179.175
Contribuições de participantes vertidas no exercício	-	-	866	866
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	113.543	50	274.679	388.272
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(7.783)	-	(28.718)	(36.501)
Benefícios pagos no ano	(147.778)	-	(208.510)	(356.288)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(308)	-	(308)
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2023</b>	<b>1.109.127</b>	<b>3.405</b>	<b>1.897.913</b>	<b>3.010.445</b>
Custo do serviço corrente bruto	-	-	(5)	(5)
Juros sobre obrigação atuarial	65.262	313	114.103	179.678
Contribuições de participantes vertidas no exercício	-	-	628	628
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	-	-	(31.307)	(31.307)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(89.050)	(294)	(209.219)	(298.563)
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(15.925)	-	(20.520)	(36.445)
Benefícios pagos no ano	(150.659)	-	(215.784)	(366.443)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(309)	-	(309)
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2024</b>	<b>918.754</b>	<b>3.115</b>	<b>1.535.809</b>	<b>2.457.678</b>

	Controladora			Total
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2022</b>	<b>(889.288)</b>	<b>-</b>	<b>(1.465.112)</b>	<b>(2.354.400)</b>
Rendimento esperado no exercício	(43.061)	-	(72.386)	(115.447)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	-	-	(866)	(866)
Contribuições de patrocinadoras	(32.562)	-	(69.159)	(101.721)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(86.484)	-	39.761	(46.723)
Benefícios pagos no exercício	147.778	-	208.510	356.288
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2023</b>	<b>(903.617)</b>	<b>-</b>	<b>(1.359.252)</b>	<b>(2.262.869)</b>
Rendimento esperado no exercício	(42.023)	-	(64.835)	(106.858)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	-	-	(628)	(628)
Contribuições de patrocinadoras	(34.767)	-	(54.980)	(89.747)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	16.539	-	7.871	24.410
Benefícios pagos no exercício	150.659	-	215.784	366.443
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2024</b>	<b>(813.209)</b>	<b>-</b>	<b>(1.256.040)</b>	<b>(2.069.249)</b>

## 17.3 Movimentações dos passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Controladora			Total
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2022</b>	<b>194.848</b>	<b>3.335</b>	<b>292.754</b>	<b>490.937</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	23.948	328	29.344	53.620
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(32.562)	-	(69.159)	(101.721)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	113.543	50	274.679	388.273
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(86.484)	-	39.761	(46.723)
Efeito risk sharing	(7.783)	-	(28.718)	(36.501)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(308)	-	(308)
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2023</b>	<b>205.510</b>	<b>3.405</b>	<b>538.661</b>	<b>747.577</b>
<b>Total passivo</b>				<b>747.577</b>
Circulante				<b>82.979</b>
Não circulante				<b>664.599</b>

	Controladora			Total
	Plano Único	CTP	CEEEPREV BD	
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2023</b>	<b>205.510</b>	<b>3.405</b>	<b>538.661</b>	<b>747.577</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	23.239	313	49.264	72.816
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(34.767)	-	(54.980)	(89.747)
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	-	-	(31.307)	(31.307)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(89.050)	(294)	(209.219)	(298.563)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	16.539	-	7.871	24.410
Efeito risk sharing	(15.925)	-	(20.520)	(36.445)
Benefício pago diretamente pela empresa	-	(309)	-	(309)
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2024</b>	<b>105.546</b>	<b>3.115</b>	<b>279.769</b>	<b>388.430</b>
<b>Total passivo</b>				<b>388.430</b>
Circulante				<b>85.222</b>
Não Circulante				<b>303.209</b>

## 17.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2025 estão apresentadas a seguir:

	<b>2025</b>
CPFL Transmissão - Plano Único	37.007
CPFL Transmissão - CTP	392
CPFL Transmissão - CEEEPREV BD	67.045
<b>Total</b>	<b>104.444</b>

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>	<b>2029 a 2034</b>	<b>Total</b>
CPFL Transmissão - Plano Único	142.415	143.952	145.239	146.206	874.317	1.452.129
CPFL Transmissão - CTP	392	380	365	347	1.507	2.991
CPFL Transmissão - CEEEPREV BD	211.370	216.871	222.495	227.376	1.454.326	2.332.438
<b>Total</b>	<b>354.177</b>	<b>361.203</b>	<b>368.099</b>	<b>373.929</b>	<b>2.330.150</b>	<b>3.787.558</b>

Em 31 de dezembro de 2024, a duração média da obrigação do benefício definido foi 8,7 anos no plano único e 10,1 anos no plano CEEEPREV BD.

### 17.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2025 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2024 e 2023 são como segue:

	<b>2025 estimadas</b>			
	<b>Plano Único</b>	<b>CTP</b>	<b>CEEEPREV BD</b>	<b>Total</b>
Custo do serviço	-	-	(184)	(184)
Juros sobre obrigações atuariais	100.180	345	169.041	269.566
Rendimento esperado dos ativos do plano	(89.892)	-	(139.972)	(229.864)
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>10.288</b>	<b>345</b>	<b>28.885</b>	<b>39.518</b>

	<b>2024 realizadas</b>			
	<b>Plano Único</b>	<b>CTP</b>	<b>CEEEPREV BD</b>	<b>Total</b>
Custo do serviço	-	-	(5)	(5)
Juros sobre obrigações atuariais	65.262	313	114.103	179.678
Rendimento esperado dos ativos do plano	(42.023)	-	(64.835)	(106.858)
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>23.239</b>	<b>313</b>	<b>49.264</b>	<b>72.816</b>

	<b>2023 realizadas</b>			
	<b>Plano Único</b>	<b>CTP</b>	<b>CEEEPREV BD</b>	<b>Total</b>
Custo do serviço	(33)	-	(10.075)	(10.108)
Juros sobre obrigações atuariais	67.042	338	111.805	179.185
Rendimento esperado dos ativos do plano	(43.061)	-	(72.386)	(115.447)
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>23.948</b>	<b>338</b>	<b>29.344</b>	<b>53.630</b>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<b>Plano Único e CEEEPREV BD</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,82% a.a.	9,71% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	11,82% a.a.	9,71% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	3,89% a.a.	3,85% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,89% a.a.	3,85% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	3,89% a.a.	3,85% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BR-EMSsb v.2021 desagravada em 10% (segregada por sexo) (****)	BREMS sb v.2015 (****)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(\*\*\*\*) Tábua biométrica de mortalidade geral para o plano o Plano Único é AT-2000 MF por sexo.

## 17.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023, administrados Fundação Família Previdência (fundações). Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2025, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2024.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Ativos administrados pela Família Previdência			
	Plano Único		CEEEPREV BD	
	2024	2023	2024	2023
<b>Renda fixa</b>	<b>82%</b>	<b>72%</b>	<b>80%</b>	<b>72%</b>
Títulos públicos federais	49%	59%	53%	62%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	1%	1%	1%
Títulos privados (instituições não financeiras)	0%	1%	0%	1%
Fundos de investimento multimercado	32%	11%	25%	9%
Outros investimentos de renda fixa	0%	0%	0%	0%
<b>Renda variável</b>	<b>5%</b>	<b>15%</b>	<b>6%</b>	<b>14%</b>
Fundos de investimento em ações	5%	15%	6%	14%
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>10%</b>	<b>8%</b>	<b>12%</b>	<b>10%</b>
Fundos de participação	0%	0%	0%	0%
Fundos imobiliários	0%	0%	0%	0%
Fundos de investimento multimercado	10%	8%	11%	10%
<b>Cotados em mercado ativo</b>	<b>97%</b>	<b>94%</b>	<b>97%</b>	<b>97%</b>
<b>Imóveis</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>
<b>Operações com participantes</b>	<b>3%</b>	<b>3%</b>	<b>3%</b>	<b>3%</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>-1%</b>	<b>2%</b>	<b>-1%</b>	<b>-1%</b>
Depósitos judiciais e outros	-1%	2%	-1%	-1%
<b>Não cotados em mercado ativo</b>	<b>3%</b>	<b>6%</b>	<b>3%</b>	<b>3%</b>
	100%	100%	100%	100%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos dos planos

	FAMÍLIA PREVIDÊNCIA	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Renda Fixa	96,6%	92,4%
Renda variável	0,0%	0,0%
Imóveis	0,9%	0,8%
Empréstimos e financiamentos	2,5%	2,9%
Investimentos estruturados	0,0%	2,5%
Investimentos no exterior	0,0%	1,4%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

A meta de alocação para 2025 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos feitas pelas fundações, efetuada ao final de 2024 em suas Políticas de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2025, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos

mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios.

### 17.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixo (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	Aumento (redução)	Plano Único	CEEEPREV BD	Total
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p.	20.095	39.396	59.491
	+0,25 p.p.	(19.482)	(38.055)	(57.537)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano	(32.141)	(40.972)	(73.113)
	-1 ano	31.666	39.758	71.424

\* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 11,82%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 11,57% a.a. e 12,07% a.a.

\*\* A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000 (-10) para os planos , BREMS sb v.2015 (CEEEPREV) e AT-2000 MF (Plano Único), referente aos planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

\*\*\* Sem incluir as estimativas para o plano CTP.

### 17.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. No primeiro trimestre, houve a aprovação pelo órgão fiscalizador, a Previc, da troca do indexador que reajusta os benefícios dos planos de IGP-DI para IPCA, o que possibilita melhores condições para o equilíbrio entre ativo (investimentos) e passivo (pagamento de benefícios).

Na Família Previdência, os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente. A Fundação Família Previdência realizou os seguintes movimentos ao longo do ano de 2024: a) aquisição de títulos públicos na curva; e b) redução na exposição do Segmento de Renda Variável.

A Fundação Família Previdência utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("*Stress Test*"). A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o Sharpe, Sharpe Generalizado e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos.

As Políticas de Investimentos das fundações determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente. Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

**(18) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS, TRIBUTÁRIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	336.476	181.001	298.203	169.031
Cíveis	46.040	1.441	32.282	1.882
Fiscais	12.949	1.274	18.278	3.135
Regulatórios	-	38.306	-	34.772
<b>Total</b>	<b>395.465</b>	<b>222.022</b>	<b>348.763</b>	<b>208.820</b>

**18.1 Movimentação da provisão para contingências**

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	298.203	84.181	(71.557)	(10.584)	36.234	336.476
Cíveis	32.282	15.674	(3.346)	(453)	1.882	46.040
Fiscais	18.278	474	(7.642)	(88)	1.928	12.949
<b>Total</b>	<b>348.763</b>	<b>100.329</b>	<b>(82.546)</b>	<b>(11.126)</b>	<b>40.045</b>	<b>395.465</b>

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	233.918	105.534	(61.932)	(10.150)	30.834	298.203
Cíveis	30.210	5.708	(5.398)	(759)	2.521	32.281
Fiscais	16.287	1.041	(4.864)	(7)	5.821	18.278
<b>Total</b>	<b>280.415</b>	<b>112.282</b>	<b>(72.194)</b>	<b>(10.916)</b>	<b>39.176</b>	<b>348.763</b>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos da Companhia, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios e processos judiciais é como segue:

- a) **Trabalhistas** – A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes, embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise das chances de êxito da Empresa envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CPFL Transmissão referem-se a diferenças salariais (parcelas que teriam sido calculadas de forma incorreta) complementação de proventos de aposentadoria, condenações solidárias, correto enquadramento salarial e outras, que são responsáveis pelas principais movimentações na composição de riscos possíveis e prováveis. No decorrer de 2023 e 2024 decisões desfavoráveis para empresa, resultaram na necessidade de constituição de prováveis.
- b) **Cíveis** - A Companhia está sendo citada em processos judiciais de natureza cível, para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, a partir de análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se à complementação de planos de pensão, indenizações, desapropriação e revisão de contratos.
- c) **Tributárias** - O saldo provisionado de R\$ 12.949 (R\$ 18.278 em 31 de dezembro de 2023) refere-se à maioria processos judiciais em andamento cuja matéria é a discussão com alguns municípios sobre a incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para imóveis que se encontram a serviço da concessão, para os quais a companhia vem classificando, através de opinião legal, como perda provável.

## Perdas possíveis:

Os riscos de perda possível são das mesmas naturezas descritas acima. A Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a existência de fatos ou fundamentos doutrinários e jurisprudenciais que apoiam a tese da empresa, muito embora ainda não consolidados. Por não haver, ainda, tendência firme nas decisões dos tribunais, nenhuma provisão foi constituída. O valor estimado destas causas de risco possível é de R\$ 296.690.

Além dos processos contemplados acima, a Companhia está inserido em discussões judiciais, classificadas com risco possível de perda, relacionadas a litígios judiciais entre a Fundação Família Previdência e a PREVIC e entre a Fundação Família Previdência e a Companhia, envolvendo as contribuições não paritárias do Plano CEEE Prev (nota 17.1) no montante de R\$544.353. Em caso de eventuais decisões desfavoráveis nestas ações, os impactos esperados para a Companhia se darão, nos cenários atuais, por meio de aportes não paritários ao Plano CEEE Prev.

## (19) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Consumidores e concessionárias	-	-	-	-	294	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	33.297	39.965	7.350	5.145	35.132	39.965	7.350	5.145
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	853	1.084	-	-	939	1.484	-	-
Descontos tarifários - CDE	7.362	-	-	-	7.362	-	-	-
Folha de pagamento	6.864	6.855	-	-	6.864	6.855	-	-
Obrigações estimadas com pessoal	21.256	20.330	-	-	21.256	20.330	-	-
Taxas regulamentares	-	-	-	-	1.338	-	-	-
Participação nos lucros	-	-	2.722	2.275	-	-	2.722	2.275
Obrigações da Concessão	72.424	32.299	3	3	72.424	32.299	3	3
Provisões Ambientais	28.370	20.214	26.316	38.061	28.370	20.214	26.316	38.061
Outros	33.828	26.830	3.914	63.882	33.855	27.292	8.945	113.435
<b>Total</b>	<b>204.254</b>	<b>147.577</b>	<b>40.305</b>	<b>109.366</b>	<b>207.834</b>	<b>148.439</b>	<b>45.336</b>	<b>158.919</b>

(\*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

## (20) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

### 20.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Crédito (Débito) de contribuição social</b>				
Bases negativas	-	-	163	-
Benefício fiscal da mais-valia incorporada	141.225	-	141.225	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(177.871)	(144.136)	(193.933)	(144.136)
<b>Subtotal</b>	<b>(36.646)</b>	<b>(144.136)</b>	<b>(52.545)</b>	<b>(144.136)</b>
<b>Crédito (Débito) de imposto de renda</b>				
Prejuízos fiscais	-	-	453	-
Benefício fiscal da mais-valia incorporada	392.292	-	392.292	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(494.087)	(400.377)	(523.831)	(400.377)
<b>Subtotal</b>	<b>(101.795)</b>	<b>(400.377)</b>	<b>(131.086)</b>	<b>(400.377)</b>
<b>Crédito (Débito) de PIS e COFINS</b>				
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	-	-	(43.148)	-
<b>Total</b>	<b>(138.442)</b>	<b>(544.513)</b>	<b>(226.779)</b>	<b>(544.513)</b>

## 20.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	35.450	98.471	32.526	90.349
Entidade de previdência privada	-	-	(2.212)	(6.145)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.176	3.267	398	1.106
Provisão relacionada a pessoal	828	2.300	716	1.989
Derivativos	(17.519)	(48.665)	(2.379)	(6.607)
Registro da concessão - ajuste do intangível	-	-	-	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(221.296)	(599.838)	(179.705)	(499.180)
Outros	7.428	20.634	6.520	18.111
<b>Subtotal</b>	<b>(193.933)</b>	<b>(523.831)</b>	<b>(144.136)</b>	<b>(400.377)</b>
<b>Total</b>	<b>(193.933)</b>	<b>(523.831)</b>	<b>(144.136)</b>	<b>(400.377)</b>

## 20.3 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

<u>Expectativa de recuperação</u>	<u>Consolidado</u>
2024	155.688
2025	120.134
2026	120.134
2027	120.134
2028 a 2030	146.880
á partir 2031	40.176
<b>Total</b>	<b>703.146</b>

### 20.3.1 Benefício fiscal da Mais-Valia incorporada

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre a Mais-Valia de aquisição incorporada e está registrado de acordo com os conceitos da Resolução CVM nº 78/2022 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (nota 1).

## 20.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos períodos de 2024 e 2023:

	Consolidado			
	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>698.243</b>	<b>698.243</b>	<b>797.620</b>	<b>797.620</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Resultado de participações societárias	29.917	29.917	(5.414)	(5.414)
Efeito regime lucro presumido	(184.514)	(189.832)	(125.891)	(127.554)
Receita juros sobre o capital próprio	(17.097)	(17.097)	(91.800)	(91.800)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	526	(3.184)	(2.846)	(5.897)
<b>Base de cálculo</b>	<b>527.076</b>	<b>518.047</b>	<b>571.669</b>	<b>566.955</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Crédito (Débito) fiscal apurado</b>	<b>(47.437)</b>	<b>(129.512)</b>	<b>(51.450)</b>	<b>(141.739)</b>
Ajustes de créditos fiscais	(1.378)	(2.058)	1.163	3.227
<b>Total</b>	<b>(48.815)</b>	<b>(131.570)</b>	<b>(50.288)</b>	<b>(138.512)</b>
Corrente	(16.820)	(44.250)	(33.969)	(93.180)
Diferido	(31.995)	(87.320)	(16.319)	(45.332)

## (21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim distribuída:

	Quantidade de Ações							
	31/12/2024			31/12/2023				
	Ordinárias	Participação %	Preferenciais	Participação %	Total	Participação %	Total	Participação %
CPFL Cone Sul	-	-	-	-	-	-	9.592.444	100
CPFL Brasil	15.241.703	100	180.641	100	15.422.344	100	-	-
<b>Total</b>	<b>15.241.703</b>	<b>100</b>	<b>180.641</b>	<b>100</b>	<b>15.422.344</b>	<b>-</b>	<b>9.592.444</b>	<b>100</b>

### 21.1 Gestão de Capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2024, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,07 vezes o EBITDA em 2024 (1,87 vezes em 2023), maior do que no ano anterior, no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,75, visto que seus empréstimos utilizam esta medição.

### 21.2 Capital Social

Na AGE de 28 de fevereiro de 2024 foi aprovado aumento de capital mediante a versão da parcela do patrimônio líquido da Cone Sul que não corresponde ao investimento na Companhia no montante de R\$ 20.395 (nota 1).

Conforme descrito na nota 1, em 26 de abril de 2024 foi aprovado aumento de capital de R\$ 576.025 mediante incorporação do acervo líquido composto por investimento nas empresas CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda., da CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda., da CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda., da CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda. e da CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda.

### 21.3 Reserva de capital

Saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 517.341, que compreende: (i) resgate compulsório de ações (R\$ 15.666); (ii) alteração na participação sem alteração no controle (R\$ 511) e (iii) benefício fiscal da Mais-Valia Incorporada, oriundo da incorporação da CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda, de R\$ 533.517 (nota 1).

### 21.4 Reserva de Lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 815.749, que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 142.780; ii) Reserva Dividendos não Distribuídos de 354.367 e iii) Reserva de lucros a realizar de R\$ 318.601.

### 21.5 Outros Resultados Abrangentes

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Varição líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(5.830)	(1.941)
Perda Atuarial	(278.594)	(600.053)
	<u>(284.424)</u>	<u>(601.994)</u>

Os valores registrados em outros resultados abrangentes relativos às perdas atuariais líquidas são originários de laudo atuarial elaborado por Atuário Independente. Representam as variações das taxas e premissas projetadas, porém ainda não realizadas, cujo impacto no resultado se dará no momento do efetivo pagamento.

## 21.6 Distribuição de Dividendo e Juros sobre Capital Próprio

A Companhia está propondo para o exercício de 2024, o montante de R\$ 114.553 de dividendo mínimo obrigatório e R\$ 178.210 de dividendo adicional proposto.

Em 2024, a Companhia efetuou pagamento de dividendos no montante de R\$ 433.883.

## 21.7 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<b>2024</b>
<b>Lucro líquido do ano fiscal</b>	<b>516.339</b>
Dividendos Prescritos	3.632
Reestruturação societária	(13.076)
Incorporação do acervo	11.964
<b>Lucro líquido considerado para destinação</b>	<b>518.859</b>
Juros sobre capital próprio	(17.097)
Dividendos mínimo Obrigatório	(114.553)
Reserva de lucro a realizar	(209.000)
Dividendo Adicional Proposto	(178.210)

## (22) LUCRO POR AÇÃO

### Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	<b>Controladora</b>		
	<b>31/12/2024</b>		
	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>Total</b>
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	510.291	6.048	516.339
Média das Ações	15.241.703	180.641	15.422.344
Lucro (Prejuízo) Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$	<u>33,48</u>	<u>33,48</u>	<u>33,48</u>
	<b>31/12/2023</b>		
	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>Total</b>
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	598.510	7.093	605.604
Média das Ações	9.480.088	112.356	9.592.444
Lucro (Prejuízo) Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$	<u>63,13</u>	<u>63,13</u>	<u>63,13</u>
	<b>Controladora</b>		
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	
Lucro (Prejuízo) para as ações ordinárias	510.291	598.510	
Lucro (Prejuízo) para as ações preferenciais	6.048	7.093	
	<u>516.339</u>	<u>605.604</u>	
Denominador Diluído			
Ações Ordinárias	15.241.703	9.480.088	
Ações Preferenciais	180.641	112.356	
	<u>15.422.344</u>	<u>9.592.444</u>	
Lucro (Prejuízo) Diluído por Ação - R\$	<u>33,48</u>	<u>63,13</u>	

**(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Receita Operacional</b>				
Remuneração/Atualização do Ativo Contratual	480.805	463.621	608.473	494.387
Receita de Operação e Manutenção	593.625	709.835	645.095	722.674
Receita com construção da infraestrutura	1.028.324	820.269	1.031.306	842.891
Outras Receitas	20.171	24.263	11.947	24.263
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>2.122.925</b>	<b>2.017.988</b>	<b>2.296.821</b>	<b>2.084.215</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>				
PIS/COFINS	(114.728)	(118.200)	(114.476)	(119.630)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(77.313)	(91.996)	(77.328)	(91.996)
Encargos Setoriais	(30.744)	(35.519)	(33.302)	(36.785)
Outras deduções	(4.725)	(3.188)	(6.143)	(3.188)
	<b>(227.510)</b>	<b>(248.903)</b>	<b>(231.249)</b>	<b>(251.599)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.895.415</b>	<b>1.769.085</b>	<b>2.065.572</b>	<b>1.832.616</b>



## (24) CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesas operacionais				Total	
							Gerais e administrativas		Outros			
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Pessoal	(122.388)	(120.172)	-	-	-	-	(14.387)	(22.994)	-	-	(136.775)	(143.166)
Entidade de previdência privada	(72.815)	(53.630)	-	-	-	-	-	-	-	-	(72.815)	(53.630)
Material	(8.186)	(4.673)	-	-	-	-	(2.161)	(2.938)	-	-	(10.347)	(7.611)
Serviços de terceiros	(25.600)	(16.725)	-	-	-	-	(59.828)	(56.066)	-	-	(85.428)	(72.791)
Custos com construção da infraestrutura	-	-	(711.821)	(582.927)	-	-	-	-	-	-	(711.821)	(582.927)
Outros	892	1.911	-	-	-	-	(59.012)	(8.775)	11.765	(54.593)	(46.355)	(61.457)
Arrendamentos e aluguéis	1.088	1.953	-	-	-	-	(1.429)	(6.184)	-	-	(341)	(4.231)
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	(61.757)	-	-	(59.627)	(61.757)	(59.627)
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.952)	-	(12.952)	-
Outros	(196)	(42)	-	-	-	-	4.174	(2.591)	24.717	5.034	28.695	2.401
<b>Total</b>	<b>(228.097)</b>	<b>(193.289)</b>	<b>(711.821)</b>	<b>(582.927)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(135.388)</b>	<b>(90.773)</b>	<b>11.765</b>	<b>(54.593)</b>	<b>(1.063.541)</b>	<b>(921.582)</b>

	Consolidado											
	Outros custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Vendas		Outras despesas Operacionais				Total	
							Gerais e administrativas		Outros			
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Pessoal	(122.388)	(120.172)	-	-	(346)	-	(14.403)	(23.021)	-	-	(137.137)	(143.193)
Entidade de previdência privada	(72.815)	(53.630)	-	-	-	-	-	-	-	-	(72.815)	(53.630)
Material	(8.228)	(4.701)	-	-	-	-	(2.241)	(2.938)	-	-	(10.469)	(7.639)
Serviços de terceiros	(28.678)	(17.859)	-	-	-	-	(68.477)	(59.603)	-	-	(97.155)	(77.462)
Custos com construção da infraestrutura	-	-	(698.379)	(510.057)	-	-	-	-	-	-	(698.379)	(510.057)
Outros	1.382	1.729	-	-	-	-	(61.265)	(9.159)	11.831	(54.593)	(48.052)	(62.023)
Arrendamentos e aluguéis	1.033	1.821	-	-	-	-	(1.541)	(6.184)	-	-	(508)	(4.363)
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	(2)	-
Legais, judiciais e indenizações	-	37	-	-	-	-	(63.381)	-	-	(59.627)	(63.381)	(59.590)
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.835)	-	(12.835)	-
Outros	349	(129)	-	-	-	-	3.659	(2.975)	24.666	5.034	28.674	1.930
<b>Total</b>	<b>(230.727)</b>	<b>(194.633)</b>	<b>(698.379)</b>	<b>(510.057)</b>	<b>(346)</b>	<b>-</b>	<b>(146.386)</b>	<b>(94.721)</b>	<b>11.831</b>	<b>(54.593)</b>	<b>(1.064.007)</b>	<b>(854.004)</b>

## (25) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Receitas</b>				
Rendas de aplicações financeiras	42.063	47.687	63.618	54.553
Acréscimos e multas moratórias	2.263	147	2.263	149
Atualização de créditos fiscais	-	-	9	-
Atualização de depósitos judiciais	7.941	8.681	11.513	8.681
Atualizações monetárias e cambiais	95	18.439	107	18.439
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(2.442)	(3.212)	(2.442)	(3.212)
Outros	222	2.225	388	4.752
<b>Total</b>	<b>50.142</b>	<b>73.967</b>	<b>75.456</b>	<b>83.362</b>
<b>Despesas</b>				
Encargos de dívidas	(244.465)	(199.537)	(246.566)	(199.537)
Atualizações monetárias e cambiais	(114.836)	(33.482)	(116.170)	(36.264)
Outros	(7.194)	(25.247)	(7.929)	(25.738)
<b>Total</b>	<b>(366.495)</b>	<b>(258.266)</b>	<b>(370.665)</b>	<b>(261.539)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(316.352)</b>	<b>(184.299)</b>	<b>(295.208)</b>	<b>(178.176)</b>

Despesas com atualizações monetárias e cambiais no montante de R\$ 116.170 (R\$ 36.264 em 31 de dezembro de 2023) aumento refere-se a despesas com marcação a mercado e SWAP dos empréstimos e debêntures.

Despesas com encargos de dívidas no montante R\$ 246.566 (R\$ 199.537 em 31 de dezembro de 2023), aumento refere-se principalmente a encargos e atualização monetária de empréstimos e debêntures, o reflexo é devido a novas captações em 2024.

## (26) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada diretamente pela CPFL Cone Sul, empresa controlada indiretamente pela CPFL Energia S.A, que por sua vez possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Disponibilização do Sistema de Transmissão:** Trata-se dos valores faturados sobre o uso do sistema de transmissão que impactam na Receita Operacional da CPFL-T. O faturamento é realizado conforme os valores listados nos Avisos de Créditos emitidos pelo ONS – Operador Nacional do Sistema.
- Alocação de despesas entre empresas:** As despesas operacionais são relacionadas às contribuições da Patrocinadora dos Planos de Benefícios Previdenciários e compartilhamento.
- Materiais e Prestação de Serviços e Outras operações:** Referem-se aos contratos de prestação de serviços, que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantidos junto à Instituição Família previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 17 - Entidade de Previdência Privada.



A controladora, CPFL Energia, possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo da Companhia, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2024, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) foi de R\$ 5.100 (R\$ 6.842 em 2023). Este valor é composto por R\$ 3.851 (R\$ 5.629 em 2023) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 106 (R\$ 96 em 2023) de benefícios pós-emprego e outros encargos R\$ 1.250.



Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimento controlados em conjunto:

Empresas	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1.510	1.109	1.546	4.317	17.452	7.437	24.356	21.036
<b>Materiais e Prestação de Serviços</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	167	1.219	31.239	5.261	7.674	11.816	51.206	94.639
Entidades sob o controle comum	-	-	702	-	-	-	89.099	-
<b>Dividendos e Juros sobre Capital Próprio</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	114.553	27.625	-	-	-	-
<b>Disponibilização do Sistema de Transmissão</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	2.572	4.329	-	-	404.063	384.629	-	-
<b>Outras operações financeiras</b>								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	7	-	-	166	-	-	-
<b>Outras</b>								
Entidades sob o controle comum	15.355	11.465	-	-	-	-	-	8.882

## (27) SEGUROS

Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<b>Descrição</b>	<b>Ramo da apólice</b>	<b>31/12/2024</b>
Ativo vinculados a Concessão	Riscos Nomeados	391.000
Transporte	Nacional e Internacional	35.894
Responsabilidade Civil	Geral, Obras Cíveis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica, Riscos Ambientais e Resp. Civil Profissional (E&O)	30.736
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	121.133
Garantia	Seguro Garantia	29.046
Outros	D&O	150.000
<b>Total</b>		<b>757.809</b>

## (28) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, transmissão de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades são reguladas pela ANEEL.

### Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve as áreas de negócio, a Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO (Data Protection Officer), a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria o Conselho de Administração da CPFL Energia. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gerenciamento de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento sobre as alterações no Mapa Corporativo de Riscos;
- Deliberar sobre as mudanças de limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de Riscos(s) no Mapa Corporativo de Riscos;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação do limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao Comitê de Auditoria:

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos.

Ao Conselho Fiscal compete, entre outros:

- Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração, divulgação e acuracidade das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe:

- Recomendar mudança de metodologias de limite de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia;
- Avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e prestar contas ao Conselho de Administração da CPFL Energia sobre essa avaliação;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação dos limites de riscos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO da CPFL Energia é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;

- Desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões;
- Monitorar as exposições aos riscos de acordo com suas respectivas periodicidades de atualização e acompanhar a implantação dos planos de ação pelos gestores dos negócios;
- Reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos;

Em caso de extrapolação do limite de risco:

- Validar o preenchimento do Formulário de Extrapolação de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia;
- Acompanhar o status dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre de a possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 29. Adicionalmente as controladas da Companhia estão expostas em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as controladas de distribuição de eventuais perdas econômicas.

**Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 29.

**Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado pelos segmentos de comercialização e serviços através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. No segmento de distribuição, mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

**Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

**Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas controladas de distribuição dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas controladas de distribuição.

#### **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros**

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores

de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, o Grupo possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais o Grupo estão expostos. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pelo Grupo suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que o Grupo tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, o Grupo não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

## (29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Nota explicativa	Categoria / Mensuração	Nível (*)	Controladora		Consolidado		
			31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
<b>Ativo</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	126.651	126.651	182.133	182.133
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	51.327	51.327	138.613	138.613
Derivativos	29	(a)	Nível 2	115.870	115.870	115.870	115.870
<b>Total</b>				<b>293.848</b>	<b>293.848</b>	<b>436.616</b>	<b>436.616</b>
<b>Passivo</b>							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	520.153	520.153	558.192	558.192
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	(4.587)	(4.587)	(4.587)	(4.587)
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	1.270.116	1.281.085	1.270.116	1.281.085
Debêntures - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	1.540.247	1.540.247	1.540.247	1.540.247
Derivativos	29	(a)	Nível 2	68.424	68.424	68.424	68.424
<b>Total</b>				<b>3.394.353</b>	<b>3.405.322</b>	<b>3.432.392</b>	<b>3.443.361</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 139.490 em 31 de Dezembro de 2024.

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

### Legenda

#### Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são:

- Ativos financeiros: (i) concessionárias e permissionárias, (ii) Arrendamentos; e (iii) serviços prestados a terceiros.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores e concessionárias apagar, e (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.

Adicionalmente, não houve em 2024 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

### b) Instrumentos derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

O Grupo tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas, conforme apresentado nas notas 15 e 16.

Os instrumentos de proteção contratados pelo Grupo são swaps de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pelas controladas possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 15 e 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, o Grupo não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2024 o Grupo detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão;

Estratégia	Valores de mercado (contábil)					Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos <sup>(1)</sup>	Ganho (Perda) na marcação a mercado				
<b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo</b>									
<b>Hedge variação cambial</b>									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	90.936	-	90.936	101.228	(10.293)	USD + 4,4906%	CDI +1,25%	dez/25	416.195
	<b>90.936</b>	<b>-</b>	<b>90.936</b>	<b>101.228</b>	<b>(10.293)</b>				
<b>Hedge variação índice de preços</b>									
Debêntures	23.429	(68.424)	(44.995)	41.004	(85.999)	IPCA + 6,0265% a 6,1774%	CDI + 0,170 a 0,660%	abr/24 a abr/39	1.534.181
<b>Outros derivativos <sup>(2)</sup></b>									
NDF	1.505	-	1.505	1.579	(74)	USD	mar/25	2.376	13.206
<b>Total</b>	<b>115.870</b>	<b>(68.424)</b>	<b>47.446</b>	<b>143.811</b>	<b>(96.366)</b>				
Circulante	92.573								
Não circulante	23.297	68.424							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

<sup>(1)</sup> Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2023	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Reestruturação societária	Saldo em 31/12/2024
<b>Derivativos</b>					
Para dívidas designadas a valor justo	(14.398)	180.976	(48.934)	26.166	143.810
Marcação a mercado	33.099	(149.518)	-	20.054	(96.365)
<b>Total</b>	<b>18.701</b>	<b>31.458</b>	<b>(48.934)</b>	<b>46.220</b>	<b>47.445</b>
<b>Ativo - circulante</b>	<b>104</b>				<b>1.711</b>
<b>Ativo - não circulante</b>	<b>39.027</b>				<b>124.525</b>
<b>Passivo - não circulante</b>	<b>(20.430)</b>				<b>(78.791)</b>

Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 15 e 16).

O Grupo tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2024 e 2023, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado	
	2024	2023
Varição de taxas de juros	7.993	(7.234)
Marcação a mercado	(148.080)	6.199
Varição cambial	64.819	40.333
Marcação a mercado	(1.439)	1.528
<b>Total</b>	<b>(76.707)</b>	<b>40.826</b>

### c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

### d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA, TJLP e SELIC), conforme demonstrado:

#### d.1) Variação cambial

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Consolidado		
			Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(515.566)		(29.601)	106.690	242.982
Derivativos - swap plain vanilla	519.809		29.845	(107.568)	(244.982)
	<b>4.243</b>	baixa dólar	<b>244</b>	<b>(878)</b>	<b>(2.000)</b>
<b>Total</b>	<b>4.243</b>		<b>244</b>	<b>(878)</b>	<b>(2.000)</b>
<b>Efeitos no resultado do período</b>			<b>244</b>	<b>(878)</b>	<b>(2.000)</b>

(a) taxa de câmbio considerada em 31.12.2024 foi de R\$ 6,19 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 6,77 o dólar respectivamente em 31.12.2024.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro serem ativas, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto o câmbio foi apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

## d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2024 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no período	Taxa cenário provável (a)	Consolidado		
					Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	268.783				30.077	37.596	45.115
Instrumentos financeiros passivos	(1.272.235)				(142.363)	(177.954)	(213.545)
Derivativos - swap plain vanilla	(2.106.427)				(235.709)	(294.636)	(353.564)
	<b>(3.109.879)</b>	alta CDI/SELIC	10,40%	11,19%	<b>(347.995)</b>	<b>(434.994)</b>	<b>(521.994)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(1.578.703)				(73.883)	(55.412)	(36.942)
Derivativos - swap plain vanilla	1.634.063				76.474	57.356	38.237
Instrumentos financeiros ativos	51.327				2.402	1.802	1.201
	<b>106.687</b>	baixa IPCA	4,23%	4,68%	<b>4.993</b>	<b>3.746</b>	<b>2.496</b>
<b>Total</b>	<b>(3.003.192)</b>				<b>(343.002)</b>	<b>(431.248)</b>	<b>(519.498)</b>
<b>Efeitos no resultado do período</b>					<b>(343.002)</b>	<b>(431.248)</b>	<b>(519.498)</b>

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.  
(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

## e) Risco de crédito

O risco de crédito nas operações de concessionárias e permissionárias é decorrente da exposição a perdas financeiras resultantes do descumprimento de obrigações financeiras pelas contrapartes. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

### Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos.

### Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

### Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

### Derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas (nota 29.b). A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

## f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo

detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2024	Nota Explicativa	Consolidado						Total
		Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	13	137.124	564	8.234	-	-	-	145.922
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	359	47.576	629.957	8.565	36.567	9.422	732.446
Derivativos	29	-	-	-	68.424	-	-	68.424
Debêntures - principal e encargos	16	5.558	-	317.095	842.353	1.534.292	2.171.502	4.870.800
Taxas regulamentares	19	156	1.182	-	-	-	-	1.338
Obrigações da Concessão	19	72.424	-	-	-	-	-	72.424
Outros		1.233	-	-	-	-	-	1.233
Consumidores e concessionárias	19	294	-	-	-	-	-	294
EPE / FNDCT / PROCEL	19	939	-	-	-	-	-	939
<b>Total</b>		<b>216.854</b>	<b>49.322</b>	<b>955.286</b>	<b>919.342</b>	<b>1.570.859</b>	<b>2.180.924</b>	<b>5.892.587</b>

### (30) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2024, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2024	Duração	Consolidado				Total
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Projetos de construção de infraestrutura	5	475.863	386.219	31.843	-	893.926
Fornecedores de materiais e serviços	5	110.530	104.365	25.508	-	240.403
<b>Total</b>		<b>586.393</b>	<b>490.584</b>	<b>57.351</b>	<b>-</b>	<b>1.134.329</b>



---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**Vitor Fagali**

Presidente

**Bruno Augusto Pereira Rovea**

**Futao Huang**

**Xinjian Chen**

Conselheiros

---

**DIRETORIA**

---

**Fu Li**

Diretor Presidente e Diretor interino Financeiro e de Relações com Investidores

**Celso Guimarães Filho**

Diretor de Operações

**José Alexandre Almeida Serra**

Diretor de Engenharia

---

**CONTABILIDADE**

---

**Ricardo Fernando Ferreira**

Gerente de Serviços Financeiros

CRC 1SP 321353/O-4

---

---

---

# ***CPFL Transmissão S.A.***

***Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2024  
e relatório do auditor independente***



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
CPFL Transmissão S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CPFL Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

### **Base para opinião**

---

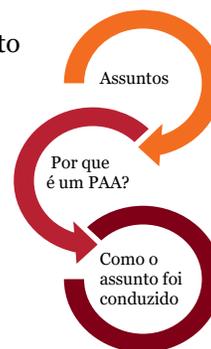
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



CPFL Transmissão S.A.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



### Porque é um PAA

#### Mensuração do ativo contratual e correspondente receita de remuneração/ atualização do ativo contratual (Notas 3.2 e 10)

O ativo contratual da concessão refere-se ao direito da Companhia e de suas controladas à contraprestação em decorrência do cumprimento das obrigações de desempenho relacionadas a construção das infraestruturas de transmissão de energia dos seus respectivos contratos de concessão, e a operação e manutenção dessas estruturas. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento por parte da administração sobre o critério de apuração e remuneração do ativo.

Adicionalmente, por se tratar de contratos de longo prazo, a determinação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento por parte da administração para a mensuração do seu valor presente, bem como na determinação das margens de lucro esperadas para cada obrigação de performance identificada.

Consideramos essa área como foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual.

Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos, quando aplicável, para identificação das obrigações de desempenho e entendimento das condições pactuadas nos contratos de concessão, os preços e os prazos definidos.

Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida ("RAP") nos controles auxiliares da Companhia com os dados constantes nos contratos de transmissão.

Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, incluindo a determinação das margens de lucro, das taxas de desconto aplicadas e a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxo de caixa.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.



CPFL Transmissão S.A.

## **Outros assuntos**

---

### **Demonstrações do Valor Adicionado**

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



CPFL Transmissão S.A.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



CPFL Transmissão S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.<sup>6</sup>

Campinas, 26 de fevereiro de 2025.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia  
Contador CRC 1BA029904/O-5



<b>DECLARAÇÃO</b>	<b>STATEMENT</b>
<p>Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da <b>CPFL Transmissão S.A.</b>, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90.230-181, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul – Brasil, inscrita no CNPJ sob nº. 92.715.812/0001-31, declaram que:</p> <p>a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da <b>CPFL Transmissão S.A.</b>, de 31 de dezembro de 2024;</p> <p>b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da <b>CPFL Transmissão S.A.</b> de 31 de dezembro de 2024.</p> <p>Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2025.</p>	<p>In compliance with the provisions in items V and VI of article 25 of the Brazilian Securities &amp; Exchange Commission (CVM) Instruction No. 480, of December 7, 2009, as amended by CVM Instruction No. 586, of June 8, 2017, the chief executive officers and the officers of <b>CPFL Transmissão S.A.</b> a publicly traded company, with its registered office at Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90.230-181, in the City of Porto Alegre, State of Rio Grande do Sul – Brazil, enrolled with the National Register of Legal Entities (CNPJ) under No. 92.715.812/0001-31, hereby stated that:</p> <p>a) they have reviewed and discussed, and agree with, the opinions expressed in the opinion of PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes on the financial statements of <b>CPFL Transmissão S.A.</b>, of December 31, 2024;</p> <p>b) they have reviewed and discussed, and agree with, the financial statements of <b>CPFL Transmissão S.A.</b>, of december 31, 2024;</p> <p>Porto Alegre, February 26, 2025.</p>

**Ricardo Fernando Ferreira**  
 Gerente de Serviços Financeiros  
 Financial Services Manager  
 CRC 1SP 321353/O-4  
 CPF: 400.474.638-80

**Fu Li**  
 Diretor Financeiro e de Relações com  
 Investidores Interino  
 Interim Financial and Investor Relations  
 Executive Officer  
 CPF: 239.777.628-69

**Fu Li**  
 Diretor Presidente  
 Chief Executive Officer  
 CPF: 239.777.628-69